

Sílvia Filipa Ribeiro da Costa

## Afetos do Uíma

Monografia de Estágio do Mestrado em Serviço Social

Março/2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Março, 2017

# Afetos do Uíma

---

*Monografia de estágio do Mestrado em Serviço Social, apresentada à  
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra,  
sob orientação da Mestre Joana Guerra.*

---

**Mestrado em Serviço Social**

**Supervisora:** Mestre Joana Guerra

**Câmara Municipal de Santa Maria da Feira**

**Orientadora:** Dr.<sup>a</sup> Susana Lopes

## AGRADECIMENTOS

Hoje, estou mais perto do fim desta etapa de aprendizagem. O caminho ficou mais aberto com novas possibilidades e perspectivas nas quais prevejo uma maior satisfação pessoal e profissional. Nesta nova fase da minha vida, perto de alcançar o grau de Mestre, não posso deixar de me sentir grata. Assim, expresso os meus agradecimentos:

à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, ao corpo docente por todo o conhecimento transmitido e pela dedicação sempre presente.

À Professora Joana Guerra, pela força e coragem transmitidas. Pela exigência, por não permitir que descreditasse nas minhas capacidades e pelo profissionalismo.

À Chefe da Divisão da Ação Social e da Qualidade de Vida da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Dr.<sup>a</sup> Manuela Coelho, por ter autorizado o estágio e por me ter acolhido na sua equipa.

À Dr.<sup>a</sup> Susana Lopes, pelo “bom dia” repleto de alegria, por tudo o que me ensinou, pelo abraço forte que me ofereceu desde o primeiro momento e pela amiga que conquistei para a vida.

À Dr.<sup>a</sup> Aurora Correia o pela boa disposição de todos os dias, pelo olhar amigo e pelas experiências vivenciadas.

À Té, pelo carinho e disponibilidade de todos os dias.

Pelo apoio crucial nas horas de estudo, pelas opiniões, pelas dúvidas esclarecidas e pela força sempre presente, agradeço à Jacinto e à Lisboa, que levarei para sempre no coração.

Aos meus pais que tornam tudo possível desde o momento que me concederam a vida. A eles e por eles tudo. Pelo carinho, pelas palavras amigas e por este amor tão grande que vive dentro de nós.

Aos meus irmãos, por fazerem parte de mim e por partilharem sempre comigo os momentos mais importantes.

Ao meu Jhonatan, pelo amor incondicional, pela amizade incontornável pelo companheirismo de todos os dias e pela vida doce que juntos descobrimos. A ti, um obrigado especial. Amo-te.

À Eva, à Carla e à Diana, pela experiência partilhada e por viverem no meu coração, tornando sempre doces todos os momentos da minha vida.

À D. Lina e à Yessenia pela família que me deram, por acreditarem, por apoiarem

e pelo sorriso de todos os dias.

Ao meu Mestre e amigo pela forma como moldou a minha personalidade e por me ensinar a nunca desistir.

Ao Leo pela forma como ilumina a minha vida a cada vez que sorri!

De uma forma geral, a todos os que souberam ser pacientes e compreensivos.

Agradeço também a Coimbra, por “ter mais encanto na hora da despedida”.

**Obrigada do fundo do coração!**

“Parado e atento à raiva do silêncio  
de um relógio partido e gasto pelo tempo  
estava um velho sentado no banco de um jardim  
a recordar fragmentos do passado.

Na telefonia tocava uma velha canção  
e um jovem cantor falava da solidão  
que sabes tu do canto de estar só assim  
só e abandonado como o velho do jardim?

O olhar triste e cansado procurando alguém  
e a gente passa ao seu lado a olhá-lo com desdém  
sabes eu acho que todos fogem de ti pra não ver  
a imagem da solidão que irão viver  
quando forem como tu  
um velho sentado num jardim...”

**Mafalda Veiga**

## RESUMO

A presente monografia tem como objetivo principal, apresentar os resultados de aprendizagem obtidos através da realização de um estágio, na Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida (DASQV), do município de Santa Maria da Feira e no contexto profissional do Serviço Social.

No decurso desta experiência foi possível colocar o tónus da aprendizagem e da nossa reflexão na área de intervenção direta com a população sénior do município de Santa Maria da Feira. Com base na perceção real do problema associado às dinâmicas sociais das pessoas idosas, surge o Afetos do Uíma, um projeto a concretizar-se na União de Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros. Este corresponde a um trabalho de voluntariado de proximidade que pretende diminuir a solidão e o isolamento social das pessoas idosas, promovendo melhorias na qualidade de vida deste público-alvo.

Neste documento são analisadas e refletidas as políticas públicas sociais (PPS) existentes no município e propõe-se, a elaboração de um trabalho baseado no desenvolvimento, com uma conceção de proximidade e intervenção local, analisando a sustentabilidade das respostas por forma a estimular o desenvolvimento sustentável.

Em suma esta monografia de estágio corresponde a uma nova forma de olhar, considerar e intervir junto desta população-alvo, procurando colmatar as falhas que se perceberam nas demandas atuais.

Palavras-Chave: Seniores; Isolamento; Solidariedade; Participação e Proximidade.

## **ABSTRACT**

This monography aims for the presentation of the learning results obtained under an internship in the Division of Social Action and Quality of Life (DASQV), in the municipality of Santa Maria da Feira and in the professional context of Social Work.

Throughout this experience, it was possible to place the learning results and our reflection in the area of direct intervention with the senior population of the municipality of Santa Maria da Feira. Based on the real perception of the problem associated with the social dynamics of the elderly, “Afetos do Uíma” emerges, a project to be done in the Union of Parishes of Caldas de São Jorge and Pigeiros. This corresponds to a volunteer work of proximity that aims to reduce the loneliness and social isolation of the elderly, promoting improvements in the quality of life of this target audience.

In this document, the social public policies (PPS) existing in the municipality are analyzed and reflected and it is proposed the elaboration of a work based on development, with a concept of proximity and local intervention, by analyzing the sustainability of the responses in order to stimulate the sustainable development.

In short, the monography of this internship corresponds to a new way of looking, considering and intervening with this target population, seeking to fill in the gaps that have been perceived in the current demands.

**Keywords:** Seniors; Isolation; Solidarity; Participation and Proximity.

## **ÍNDICE DE ABREVIATURAS**

- CMSMF** – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira
- DASQV** – Divisão da Ação Social e Qualidade de Vida
- UFLGLG** – União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande
- UFCP** – União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros
- UFCVV** – União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior
- GAP's** – Gabinetes de Proximidade Local
- PPS** – Políticas Públicas Sociais
- RLIS** – Rede Local de Intervenção Social
- CLAS** – Conselho Local de Ação Social
- CSF** – Comissão Social de Freguesia
- FSF** – Fórum Social de Freguesia
- EDP** – Energias de Portugal
- SAD** – Serviço de Apoio Domiciliário
- C.A.T.L.** – Centro de Atividades e Tempos Livres
- PERM** – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria

## **ÍNDICE DE SIGLAS**

- INE** – Instituto Nacional de Estatística

## ÍNDICE DE PÁGINAS

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	XII
<b>PARTE I</b> .....	14
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1: CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA</b> .....	15
<i>1.1. O Município</i> .....	15
<i>1.2. Análise Demográfica do Território de Intervenção</i> .....	16
<i>1.3. Respostas Sociais Concelhias</i> .....	17
<i>1.3.1. O Programa Concelho Solidário</i> .....	18
<i>1.3.2. Medida A</i> .....	18
<i>1.3.3. Medida B</i> .....	19
<i>1.3.4. Mercado Social de Arrendamento</i> .....	20
<i>1.3.5. Cartão Feira Sénior</i> .....	20
<i>1.3.6. Restaurantes Solidários</i> .....	21
<i>1.3.7. Habitação Social</i> .....	21
<i>1.3.8. Atendimento e Acompanhamento às Famílias</i> .....	22
<i>1.4. Comentário às Medidas Implementadas pelo Município de Santa Maria da Feira</i> .....	22
<b>PARTE II</b> .....	24
<b>ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	24
<b>CAPÍTULO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS (PPS)</b> .....	25
<i>1.1. Evolução História das Políticas Públicas Sociais</i> .....	25
<i>1.2. Desenvolvimento Social</i> .....	29
<i>1.3. Governança Local e Governança Partilhada</i> .....	30
<i>1.4. Caracterização da Rede Social</i> .....	31
<i>1.5. Conselho Local de Ação Social – CLAS</i> .....	33
<i>1.6. Caracterização das Comissões Sociais de Freguesia – CSF</i> .....	34
<i>1.7. Reflexões Finais</i> .....	36
<b>CAPÍTULO 2: VOLUNTARIADO</b> .....	42
<i>2.1. Introdução</i> .....	42
<i>2.2. O Trabalho Voluntário</i> .....	42
<i>2.3. O Voluntário e as Motivações</i> .....	43

<b>2.4. Objetivos do Voluntariado</b> .....	45
<b>2.5. Voluntariado de Proximidade</b> .....	46
<b>PARTE III</b> .....	48
<b>AFETOS DO UÍMA</b> .....	48
<b>CAPÍTULO 1: O BEM ENVELHECER</b> .....	49
<b>1.1. Projetos de Intervenção Social com um Público-alvo Sénior</b> .....	49
1.1.1. “Projeto de Acompanhamento de Seniores – PAS” .....	50
1.1.2. “Projeto Sol” .....	51
<b>1.2. O Bem Envelhecer</b> .....	51
<b>CAPÍTULO 2: ENQUADRAMENTO DO PROJETO AFETOS DO UÍMA</b> .....	53
<b>2.1. Pertinência do Projeto Afetos do Uíma</b> .....	53
2.1.1. Fórum Social da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros .....	54
2.1.2. Necessidades Evidenciadas pelo Fórum Social de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros .....	55
2.1.3. Áreas Prioritárias de Trabalho .....	56
2.1.4. Áreas Trabalhadas .....	57
<b>2.2. Afetos do Uíma</b> .....	59
2.2.1. Missão .....	60
2.2.2. Visão .....	60
2.2.3. Valores .....	60
2.2.4. Objetivos .....	60
<b>CAPÍTULO 3: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS</b> .....	61
<b>3.1. Enquadramento do Projeto Afetos do Uíma</b> .....	61
3.1.1. Público-alvo .....	62
3.1.2. Objetivos .....	62
3.1.3. Descrição do Projeto .....	63
3.1.4. Metodologia Utilizada Durante o Processo de Estágio Académico .....	66
3.1.5. Valor Necessário para Financiar o Projeto .....	67
3.1.6. Identidades Parceiras .....	68
<b>PARTE IV</b> .....	69
<b>CONCLUSÕES FINAIS</b> .....	69
<b>CONCLUSÃO</b> .....	70
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	74
<b>LEGISLAÇÃO</b> .....	76

ANEXOS.....	77
-------------	----

## **ÍNDICE DE TABELAS**

---

Tabela 1 - Análise Demográfica .....	16
Tabela 2 - Dados do Questionário .....	53

## **ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES**

Ilustração 1- Projeto afetos do uíma .....	66
--	----

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 - Fórmula de Cálculo A.....	19
Figura 2 – Fórmula de Cálculo B .....	19

## INTRODUÇÃO

No âmbito do ciclo de estudos em Serviço Social com vista a obtenção do grau de mestre, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, apresenta-se a monografia resultante do estágio realizado na Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida (DASQV), da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (CMSMF).

Esta oportunidade de estágio aprofundou os conhecimentos adquiridos na licenciatura em Gerontologia Social e compatibilizou-se com as exigências de um mestrado na área do Serviço Social. Neste contexto criámos a oportunidade de refletir sobre a intervenção social dirigida à população com mais de 65 anos. Uma das principais razões que definiram a escolha da temática e do local de estágio, uma vez que aquilo que se procurava fazer era olhar e compreender a intervenção para com os idosos, sob um ponto de vista prático e coerente perante uma realidade em consideração.

Posto aquilo que se referiu anteriormente o local escolhido para desenvolver o estágio, que está contemplado no terceiro semestre deste ciclo de estudos, foi a CMSMF sendo que este órgão municipal dispõe de um conjunto de técnicos de diferentes áreas, interagindo entre si e agindo numa lógica multidisciplinar. Destarte, vislumbrou-se como pertinente a realização de uma experiência de estágio curricular na DASQV, da CMSMF, tendo sido este aceite pela Chefe da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida (DASQV), Dr.<sup>a</sup> Manuela Coelho, orientado pela Mestre Joana Guerra e supervisionado a nível institucional pela Dr.<sup>a</sup> Susana Lopes, Técnica Superior de Serviço Social da CMSMF.

Num momento anterior ao início do estágio propriamente dito, realizaram-se, a título voluntário, três meses de observação direta e integração na equipa de trabalho, possibilitando uma aproximação ao trabalho desenvolvido nesta instituição, contactar e analisar dados demográficos, assim como, reconhecer as características contextuais dos territórios em que intervém, permitido deste modo, uma prévia preparação para o momento de estágio académico.

Esclarece-se que a experiência de estágio voluntário e académico decorreu de entre as 31 freguesias do município, em três Uniões de Freguesia, nomeadamente a União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros (UFCP), União das Freguesias de Lobão,

Gião, Louredo e Guisande (UFLGLG) e União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior (UFCVV). Num segundo momento o período de estágio académico traduziu-se num trabalho de proximidade com a população sénior em situação de isolamento social e/ou familiar, diagnosticada, *a priori* pela CMSMF, através da realização de um questionário a uma amostra da população sénior da UFCP, sendo posteriormente analisados os dados decorrentes do mesmo.

Após se elucidarem as principais fases dos momentos de estágio realizados, importa enunciar quais os principais objetivos a atingir com a monografia em apreço. Assim, pretende-se a aplicação de estratégias participativas que promovam a integração social e diminuam o isolamento deste público-alvo, através da cooperação de um grupo de voluntários, habilitados, estruturados e monitorizados por uma equipa de trabalho especializada.

O presente documento estará organizado em quatro partes, sendo que a primeira contempla a caracterização institucional, na qual se procede à caracterização territorial e à descrição das respostas municipais para as questões sociais; a segunda parte apresenta um enquadramento teórico e explicativo sobre as questões relacionadas com a governança integrada das políticas sociais para o desenvolvimento social descentralizado. Ainda nesta parte o documento terá um capítulo sobre o trabalho de voluntariado; a terceira parte apresenta o enquadramento do projeto *Afetos do Uíma*. Elaborámos a caracterização da União de Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros enquadrando neste ponto as respostas sociais existentes no território e procedendo à caracterização do Fórum Social, compreendendo o seu grupo de trabalho, os seus objetivos de intervenção e as áreas delineadas por estes, como prioritárias. Com base no ponto anteriormente descrito, será proposta uma intervenção que enquadra os objetivos de trabalho referenciados, que encontre as expectativas do público-alvo e promova a sua integração social. Para finalizar, pretende-se uma congregação das reflexões obtidas ao longo deste documento, por forma a elaborar uma conclusão cuidada que relacione todas as partes desta monografia.

**PARTE I**

---

**CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

# **CAPÍTULO 1: CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA**

## ***1.1. O Município***

Santa Maria da Feira, situada na Região do Norte de Portugal, integra desde janeiro de 2005 a Área Metropolitana do Porto (CMSMF, s.d).

Abrange uma área de 215.9 km<sup>2</sup> e uma população residente de 139 478 habitantes, em 2015, apresenta uma densidade populacional na ordem dos 646,1 habitantes/km<sup>2</sup>. (INE, Censos 2015)

Santa Maria da Feira é um município presidido pelo Sr. Presidente Emídio Sousa. Esta é uma organização com uma diversificada intervenção.

A DASQV intervém através da aplicação de diferentes políticas públicas e esta intervenção manifesta-se a diferentes níveis, enquadrando as respostas habitacionais, a população sénior, o desenvolvimento comunitário local, o programa do concelho solidário, a migração, o banco local de voluntariado, a Rede Social, ao nível da prevenção da toxicoddependência, com o programa direitos e desafios III e com as políticas da igualdade de género (CMSMF, s.d).

São de salientar os limites Norte e Sul do concelho, onde se deteta a aproximação de importantes centros urbanos. A Norte surge o Grande Porto e a Sul S. João da Madeira, áreas com elevadas densidades e dinâmicas populacionais. Estas áreas urbanas estão ligadas a Santa Maria da Feira por importantes eixos viários (CMSMF, s.d).

O concelho é constituído por 31 freguesias com características muito heterogéneas. Podem considerar-se, para efeitos de análise da densidade populacional do concelho, 3 agrupamentos de freguesias conforme o grau de urbanidade: Áreas Urbanas de Alta Densidade: áreas com mais de 1500 habitantes por Km<sup>2</sup>, (Neste caso aparece unicamente a Freguesia de Lourosa); Áreas Urbanas de Média Densidade, com densidade populacional entre 400 a 1500 habitantes por Km<sup>2</sup>: Argoncilhe, Arrifana, Escapães, Santa Maria da Feira, Fiães, Fornos, Gião, Lobão, Milheirós de Poiares, Mosteirô, Mozelos, Nogueira da Regedoura, S. P. Oleiros, Paços de Brandão, Rio Meão, Sanfins, Sanguedo, Santa Maria de lamas, S. J. Ver, Caldas de S. Jorge, Souto e Travanca e as Áreas Urbanas de Baixa Densidade, com densidade compreendida entre 100 e 400 habitantes por Km<sup>2</sup>: Canedo, Espargo, Guisande, Louredo, Pigeiros, Romariz, Vale e Vila Maior (CMSMF, s.d.).

## 1.2. Análise Demográfica do Território de Intervenção

Procedendo à caracterização demográfica do território de intervenção, nomeadamente UFLGLG, UFCP e UFCVV, serão apresentados mais à frente as características destas três Uniões de Freguesia, no que respeita à densidade populacional, ao índice de envelhecimento, ao índice de dependência de idosos, ao índice de dependência total e à idade média.

Posto isto, elucida-se que o índice de envelhecimento corresponde à relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>2</sup>) pessoas dos 0 aos 14 anos). Por sua vez o índice de dependência de idosos é a relação entre o número de pessoas que atingem uma idade em que estão geralmente inativas do ponto de vista económico (65 e mais anos) e o número de pessoas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos). Por fim, o índice de dependência total é a relação entre a soma do número de jovens e do número de idosos com idades consideradas inativas do ponto de vista económico (menores de 15 anos e 65 e mais anos), e o número de pessoas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos). Corresponde à soma do índice de dependência de jovens e do índice de dependência de idosos (CMSMF, s.d).

TABELA 1 - ANÁLISE DEMOGRÁFICA

<b>Indicadores</b>	<b>UFLGLG</b>	<b>UFCP</b>	<b>UFCVV</b>	<b>Santa Maria da Feira</b>	<b>Área Metropolitana do Porto</b>
<b>Densidade Populacional</b>	412 hab./km <sup>2</sup>	366,3 hab./km <sup>2</sup>	239,3 hab./km <sup>2</sup>	646,1 hab./km <sup>2</sup>	844,4 hab./km <sup>2</sup>
<b>Índice de Envelhecimento</b>	90,4	114,8	94,1	117,9	131,7
<b>Índice de Dependência de Idosos</b>	21,2	23,8	22,7	21,3	23,7
<b>Índice de Dependência Total</b>	45,5	44,6	47,3	44,1	46,6
<b>Idade Média</b>	39,28	40,8	39,78	39,81	-

Fonte: Elaboração Própria, informação recolhida em contexto estágio (2011-2015)

Na anterior tabela, é possível de visualizar os índices já referenciados, numa perspetiva de comparação com a dimensão municipal e também com a área Metropolitana do Porto, por forma a facilitar a compreensão dos dados.

É possível, após a análise dos dados anteriormente apresentados, perceber que a UFCP, em comparação com as outras duas Uniões de Freguesia, nomeadamente UFLGLG e UFCVV, corresponde ao território com maior índice de envelhecimento e maior índice de dependência de idosos.

O facto anteriormente descrito elucida a pertinência da realização de um trabalho na UFCP dirigido à população sénior. A preocupação com o elevado índice de envelhecimento suscitou a necessidade de compreender a situação familiar e social desta população. Tal facto suscitou o interesse em aplicar um questionário de diagnóstico dirigido a este público-alvo. Mais à frente, nesta monografia serão apresentados os principais dados recolhidos da aplicação deste questionário, assim como será efetuada uma análise dos mesmos e apresentada uma solução de intervenção.

### ***1.3. Respostas Sociais Concelhias***

O Município de Santa Maria da Feira desenvolve um trabalho de proximidade com características específicas para a população que se encontra em situação de carência social e/ou económica. Sendo que a carência social relaciona as dificuldades associadas ao acesso aos direitos e serviços, assim como, está relacionada com a falta de oportunidades. Quanto à carência económica, esta relaciona diretamente a ausência de rendimentos.

Por forma a minimizar os impactos provenientes das situações de pobreza e exclusão social, a equipa multidisciplinar do município aplica diversificas políticas sociais implementadas pela CMSMF.

Sempre que um munícipe se encontre em situação de carência económica e/ou social, poderá dirigir-se à DASQV ou aos gabinetes de proximidade local (GAP's), expondo a sua situação, para que deste modo, a equipa de trabalho proceda à análise da situação, à abertura do processo e encaminhamento para a devida resposta.

No que concerne às repostas disponibilizadas aos munícipes, existem diferentes programas com apoios sociais no âmbito monetário, habitacional e alimentar.

Sempre que se verifique a concessão de um apoio, o munícipe fica integrado no

serviço que presta o acompanhamento social durante o período de assistência ou até à resolução da situação.

Seguidamente apresentamos as respostas sociais existentes no município.

### *1.3.1. O Programa Concelho Solidário*

O município de Santa Maria da Feira apresenta um programa dirigido à população que seja residente do concelho há pelo menos um ano que manifeste e evidencie necessidades económicas, devidamente comprovadas.

Para além de um acompanhamento técnico em todo o processo, encaminhamento para outras respostas, esta medida visa a atribuição de apoios económicos que permitam pontualmente apoiar as famílias, em situação, comprovada, de carência económica.

O programa Concelho Solidário, admite as seguintes respostas, sendo estas, posteriormente detalhadas: a Medida A; a Medida B; o Mercado Social de Arrendamento; o Cartão Feira Sénior e os Restaurantes Solidários (CMSMF, s.d).

### *1.3.2. Medida A*

Esta resposta corresponde a uma medida de apoio para situações de emergência social. Não prevê um apoio contínuo, mas sim, pontual e temporário. Enquadra um público-alvo de caráter carenciado e tem como objetivo apoiar nas seguintes despesas: saúde; gestão doméstica, água, eletricidade, gás e alimentação; aquisição de ajudas técnicas; transporte; educação; habitação, renda/prestação bancária.

Para que seja aplicada qualquer uma das respostas anteriormente descritas, é necessário compreender se os munícipes reúnem condições para receber o apoio. Para tal, entende-se que a Medida A, apenas poderá ser aplicada em situações em que o *rendimento per capita* não ultrapasse 50% do salário mínimo nacional (CMSMF, s.d).

Esta resposta presume um apoio máximo de 600€ por ano a cada munícipe. Contudo, estão previstas algumas exceções, quando convenientemente fundamentadas (CMSMF, s.d).

O munícipe deverá proceder ao preenchimento de um formulário de cariz próprio, o qual está disponível na DASQV. É possível de se afirmar que se verifica com frequência a procura desta resposta, principalmente, junto dos Gabinetes de Proximidade Local (GAP's) (CMSMF, s.d).

Temos que<sup>1</sup>:

FIGURA 1 - FÓRMULA DE CÁLCULO A

$$RPC = \frac{RD}{N} = \frac{\frac{RMD \times 14}{N} - DD}{N}$$

Fonte: Elaboração própria, com base em informação recolhida em contexto de estágio. CMSMF (s.d.)

### 1.3.3. Medida B

A Medida B, corresponde a um apoio, à semelhança do anterior, dirigido aos municípios com *rendimentos per capita* inferiores a 70% do salário mínimo nacional. O município para usufruir do apoio deverá ser proprietário da habitação e não poderá usufruir de rendimentos correspondentes a propriedades/bens imóveis.

Esta política procura trabalhar a melhoria das condições habitacionais, nomeadamente: intervenção ao nível de obras de recuperação e conservação das condições habitacionais; ampliação/conclusão de obras; obras que melhorem as condições de acessibilidade e promovam a qualidade de vida de pessoas idosas, portadoras de deficiência física e Municípios com dificuldades provenientes de situações de patologia.

Esta medida disponibiliza os seguintes apoios: participações financeiras; apoio em géneros; apoio técnico; isenção do pagamento de licenças e taxas. Temos que<sup>2</sup>:

FIGURA 2 – FÓRMULA DE CÁLCULO B

$$RPC = \frac{RD}{N} = \frac{\frac{RMB \times 14}{12}}{N}$$

<sup>1</sup> Esclarecendo-se que: Rendimento *per capita* - RPC; Rendimentos menos as Despesas – RD; Número de pessoas constituintes do agregado famílias – N; Rendimento mensal bruto – RMB; Despesas Aceites – DD; Salário mínimo nacional – SMN.

<sup>2</sup> Esclarecendo-se que: Rendimento *per capita* - RPC; Rendimentos menos as Despesas – RD; Número de pessoas constituintes do agregado famílias – N; Rendimento mensal bruto – RMB; Salário mínimo nacional – SMN.

Cada agregado familiar, poderá auferir no máximo 2500€ e durante um período de cinco anos fica interdito de requerer um novo apoio. Contudo, estão previstas algumas exceções, as quais permitem aumentar o apoio, em situações de comprovada carência socioeconómica e habitacional (CMSMF, s.d).

#### *1.3.4. Mercado Social de Arrendamento*

O Mercado Social de Arrendamento corresponde a uma política do Programa de Emergência Social do Governo à qual o Município de Santa Maria da Feira aderiu. Esta medida dirige-se ao público que não auferem rendimentos suficientes para o processo de arrendamento livre, mas que, também não reúnem condições para enquadrarem o mercado do arrendamento social (CMSMF, s.d).

#### *1.3.5. Cartão Feira Sénior*

Esta é uma política, disponibilizada pelo município de Santa Maria da Feira, que visa facilitar o acesso aos seniores residentes no concelho, a dinâmicas culturais, desportivas e recreativas. A atribuição de apoios está diretamente relacionada com a capacidade económica do Sénior (CMSMF, s.d).

Esta medida é aplicada tendo por referência os escalões de apoio, nomeadamente o A e o B. O primeiro escalão está previsto para idosos com um rendimento inferior ou igual a 75% do salário mínimo nacional. Quanto ao escalão B, este abrange idosos com rendimentos superiores a 75% do salário mínimo nacional (CMSMF, s.d).

No que concerne aos respetivos apoios, temos que: o Escalão A, oferece 25% de comparticipação em Medicação (até ao limite máximo anual equivalente ao valor da pensão social); 15% de desconto no pagamento das taxas mínimas e fixas de água e luz; 20% de desconto em bilhetes para atividades culturais promovidas pelo município e pela Empresa Municipal Feira Viva; 70% de desconto em aulas de hidroginástica promovidas pela Empresa Municipal Feira Viva; isenção nos espetáculos culturais da responsabilidade das Coletividades Concelhias e entrada gratuita no Parque Ornitológico Municipal - ZOO de Lourosa. Quanto ao Escalão B, este possibilita, 10% de desconto em

bilhetes para atividades culturais promovidas pelo município e pela Empresa Municipal Feira Viva; 70% de desconto em aulas de hidroginástica promovidas pela Empresa Municipal Feira Viva; 10% de desconto em atividades desportivas promovidas pela Empresa Municipal Feira Viva; isenção nos espetáculos culturais da responsabilidade das Coletividades Concelhias; 50% de desconto na entrada no Parque Ornitológico Municipal - ZOO de Lourosa (CMSMF, s.d).

Os munícipes interessados em aderir a este serviço, deverão efetuar a inscrição junto da DASQV. (CMSMF, s.d).

### *1.3.6. Restaurantes Solidários*

Esta é uma resposta que complementa as já existentes respostas de apoio alimentar. Pretende-se evitar o desperdício e combater as carências alimentares no Concelho, por forma a melhorar a qualidade de vida das famílias em situação de pobreza.

É ambicionado que os restaurantes solidários forneçam, gratuitamente, cinco refeições diárias, após uma análise e seleção cuidada dos beneficiários por parte das instituições concelhias (CMSMF, s.d).

### *1.3.7. Habitação Social*

O sector de habitação social é responsável pela análise e diagnóstico social das famílias com processos de procura de habitação na DASQV e a consequente gestão do parque habitacional de arrendamento social, no que concerne às vertentes social, patrimonial e económica (CMSMF, s.d).

O município disponibiliza 23 parques habitacionais, distribuídos por diferentes freguesias. Esta é uma resposta dirigida aos munícipes residentes há pelo menos um ano no concelho, em situação de carência económica e que não detenham qualquer tipo de património imobiliário (CMSMF, s.d).

É da responsabilidade dos técnicos a organização de processos, a análise e a proposta à CMSMF das famílias a realojar (CMSMF, s.d).

Após findar o processo de seleção, a equipa deverá proceder ao realojamento das famílias e realizar todos os atos processuais necessários, como a atribuição quanto à localização da habitação, o cálculo da renda apoiada, a celebração do contrato de arrendamento, a explicitação da relação inquilino/senhorio numa ótica de direitos e

obrigações e a dinamização de reuniões com vista à instalação dos moradores e de uma melhor apropriação do espaço residencial (CMSMF, s.d).

Os inquilinos terão sempre a supervisão de um técnico responsável pela gestão do respetivo parque habitacional, o qual efetuará um trabalho de acompanhamento social das famílias realojadas através do atendimento e encaminhamento das suas solicitações. O técnico responsável procederá à realização de visitas domiciliárias com vista à resolução de conflitos na apropriação do espaço, na dinamização de atividades de integração e de apropriação dos novos espaços residenciais em parceria com as instituições locais (CMSMF, s.d).

O município disponibiliza os GAPS os quais objetivam: o acompanhamento psicossocial, a prestação de informações sobre questões relacionadas com os aspetos sociais, económicos e culturais (CMSMF, s.d).

O Programa de Realojamento está associado a um conjunto de medidas de intervenção, nomeadamente: o Programa de Autoconstrução; o Programa SOLARH; o Programa de Apoio Excecional no Domínio da Habitação e Incentivo ao Arrendamento Jovem (CMSMF, s.d).

#### *1.3.8. Atendimento e Acompanhamento às Famílias*

Esta resposta caracteriza-se pela intervenção dos seguintes interlocutores: Gabinetes de Proximidade Local da Autarquia – GAPS; Serviço de Atendimento e Acompanhamento às Famílias; entidades de Acompanhamento de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção e com todas as entidades que trabalham respostas nesta área; pretende-se que este serviço seja melhorado e articulado entre as diferentes organizações com responsabilidades no âmbito do atendimento social; procura-se aumentar a capacidade de resposta e tornar o acesso aos serviços de forma mais simples e próxima.

#### *1.4. Comentário às Medidas Implementadas pelo Município de Santa Maria da Feira*

As medidas implementadas pelo município de Santa Maria da Feira, correspondem a medidas de política essencialmente assistencialista e economicista. São

políticas restritivas na medida em que, o acesso às mesmas está condicionado por um conjunto de características que os municípios terão obrigatoriamente de ter para acederem às mesmas. Seguidamente, na segunda parte deste documento será apresentado o enquadramento teórico desta monografia o qual contemplará a descrição das políticas públicas, neste momento será apresentada a caracterização das medidas exercidas pelo município no que respeita à sua natureza de intervenção.

**PARTE II**

---

**ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## **CAPÍTULO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS (PPS)**

### ***1.1. Evolução História das Políticas Públicas Sociais***

Associado às sociedades contemporâneas, evidenciou-se que da organização social e económica proliferava um conjunto de desigualdades de cariz social. Com o aparecimento das desigualdades cada vez mais desajustadas surgem o despontar das situações de pobreza e a conseqüente exclusão social. Torna-se imprescindível a criação de respostas modernizadas que minimizem os impactos das conseqüências anteriormente referidas, possibilitando a reprodução de uma sociedade com maior justiça social (Alves, s.d)

Em Portugal, as preocupações associadas às questões sociais e conseqüentemente às políticas sociais, surgem com maior ênfase nos anos 70. Durante várias décadas, o regime político vivenciado em Portugal, nomeadamente, o regime ditatorial dirigido por Salazar impossibilitou que as instituições debruçassem muita atenção às questões relacionadas com estas temáticas das políticas sociais. Porém, com o impacto sentido pela situação da crise económica, social e política que o país vivenciava, as discussões sobre as políticas sociais tornavam-se cada vez mais pertinentes e relevantes (Alves, s.d.).

Após a queda do governo, com a Revolução dos Cravos a 25 de abril de 1974, a progressiva industrialização, a alteração do mercado que passa de um sistema protecionista para um regime de mercado livre, a afirmação do sexo feminino, o aumento das habilitações literárias e todas as alterações que a sociedade e a economia sofreram multiplicaram a pertinência e o interesse das questões sociais e das políticas públicas (Alves, s.d.). As políticas públicas correspondem a,

“um conjunto de ações interrelacionadas entre si, tomadas por um ator ou conjunto de atores políticos, respeitante à escolha de objetivos e meios para os alcançar no contexto de uma situação específica, devendo estas decisões, em princípio, situar-se no âmbito do poder que estes atores têm para os alcançar (Jenkins, 1978, *cit. in*, Pereirinha, 2008, p.17)”.

Existem três aspetos comuns às políticas públicas

“ser um conjunto de decisões e não uma decisão isoladas, descontextualizada de um conjunto mais alargado e consistente de decisões; envolver atores políticos nessas decisões, isto é, o facto de estas decisões serem tomadas por agentes com poder legitimado para as tomarem; o facto de essas decisões consistirem em identificar objetivos a alcançar e em escolher meios que, no âmbito

do poder que têm, podem ser utilizados tendo em vista alcançar esses objetivos (Pereirinha, 2008 p.17-18)”.

Em sequência à citação anteriormente referida, é possível de perceber que a conceção de políticas públicas pressupõe uma intervenção articulada. Quando pensamos em política pública, temos obrigatoriamente de pensar no plural. As políticas públicas diferenciam-se umas das outras segundo dois pressupostos, nomeadamente a finalidade, ou seja, aquilo que determinada política pretende operacionalizar e forma como o faz. É possível existirem diferentes políticas para a mesma temática, contudo os objetivos que defendem e a forma como os mesmos são colocados em prática marcam a diferença entre as medidas políticas.

As políticas sociais públicas têm como principal finalidade a promoção de condições que proporcionem o bem-estar às populações. Contudo as comunidades são compostas por diferentes pessoas, com diferentes hábitos, costumes e registo de cultura distintos o que dificulta o consenso entre as necessidades sentidas. Pelo que, “por necessidades, deve ter-se uma conceção lata e não uma conceção restrita” (Pereirinha, 2008, p.20).

Tal como referido no parágrafo anterior, as necessidades destacam-se de forma distinta de meio para meio. No entanto, o Estado tem a necessidade de promover políticas que focalizem um trabalho promotor de justiça social (Pereirinha, 2008).

Segundo Alves (2011), “a satisfação das necessidades humanas, a resolução de problemas sociais e o bem-estar da população em geral, constituem o fundamento e parecem justificar a existência das chamadas políticas sociais ativas” (Alves, 2011 p. 8). O pensamento do autor Miller (1998), reflete aquilo que Pereirinha (2008) aponta como consequência do sentido lato das necessidades, nomeadamente quando as mesmas não sentidas ou quando as políticas deliberadas não são aceites de forma positiva por toda a sociedade. Tal facto poderá remeter a política social para uma “obrigação legal” (Pereirinha, 2008, p. 20).

A política social debruça-se sobre diferentes pontos de intervenção, nomeadamente, “a redistribuição de recursos”, “a gestão de riscos sociais” e a “promoção da inclusão social” (Pereirinha, 2008, p. 21). Quando falamos em risco, falamos em sociedades ambivalentes. Os confrontos provenientes das desigualdades sociais resultam num risco que emerge cada vez mais no quotidiano de cada indivíduo à escala humana (Fernandes, 2002). Miller diz-nos que na presença de uma sociedade díspar produzir justiça social

torna-se impossível. Justiça social pressupõe uma sociedade coesa e com fortes ligações entre si (Miller, 1998).

As políticas sociais carecem de uma análise detalhada. Analisar uma política social não significa que apenas se proceda à descrição dos seus objetivos de trabalho ou dos processos de implementação. Para que se efetue uma análise é necessário implementar um trabalho mais sofisticado do que a descrição da medida. Torna-se importante que se compreenda todas as dimensões da política, tanto a nível nacional, no que respeita a outras medidas de governos anteriores, como a nível internacional. É deste modo imprescindível a compreensão global da política (Pereirinha, 2008).

No capítulo anterior foram mencionadas medidas implementadas pelo município de Santa Maria da Feira, as quais estão diretamente relacionadas com os princípios da gestão de riscos e da promoção da inclusão social. No que respeita ao primeiro domínio é possível afirmar que as políticas implementadas pelo concelho de Santa Maria da Feira enquadram os seus pressupostos na medida em que intervêm na prevenção de situações de risco (Pereirinha, 2008).

A existência do risco é algo que se inicia de forma espontânea e natural no pensamento de cada ser humano. Deste modo, é possível associá-lo a duas dimensões. Por um lado, a dimensão social, que reflete a vida na sociedade, por outro, a dimensão pessoal que engloba a forma como o indivíduo se comporta, o simbolismo que atribui às situações, o suporte social, entre outros fatores inerentes à própria pessoa (Fernandes, 2002).

Entre o ano de 74 e o ano de 76, Portugal presenciou momentos revolucionários e adotou um regime político democrático com um Estado-providência, tentando deste modo, aproximar-se o máximo possível dos “países europeus mais desenvolvidos” (*cit. in*, Alves, s.d., p. 4).

O ano de 1976 assume alguns novos direitos dos cidadãos, como é exemplo o acesso à segurança e proteção social e a universalização e descentralização do sistema de saúde. Nesta fase, a função que era entendida pelo Estado, essencialmente complementar, é abandonada, dando origem a um novo conceito no que concerne à intervenção desta entidade, nomeadamente, os Estado assume funções diretas de supervisão e controlo das instituições diretamente relacionadas com a intervenção social. Na Constituição da República de 1976,

“são reconhecidos ainda o direito de participação das associações sindicais e de outras organizações representativas das classes trabalhadoras no que se refere à implementação das

medidas de segurança social, com particular destaque para as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), regulamentadas por lei e sujeitas à fiscalização do Estado (*cit. in, Alves, s.d., p. 4*)”.

A década que se seguiu, contrariamente a estes anos de revolução dos sistemas e dos serviços, correspondeu a uma época de estagnação para as políticas públicas sociais (Alves, s.d.).

O Estado assume assim um papel crucial na implementação de políticas públicas sociais. Sendo que, “uma política (*policy*) é o resultado de um sistema político (*political system*) que funciona num certo contexto (*environment*)” temos que a política deverá refletir os interesses do meio, ou do contexto, procurando deliberar objetivos que alcancem as situações ambicionadas (Pereirinha, 2008:45).

As políticas são “uma forma de manipulação de meios para alcançar finalidades desejadas, a sua realização exige poder”, é este o poder que é exigido ao Estado (Pereirinha, 2008:46).

Contudo persiste a necessidade de validar esse poder, esse processo acontece segundo três aspetos, concretamente:

“base *racional-legal*, segundo a qual o exercício da autoridade assenta num conjunto de regras aceites nessa sociedade; *tradicional*, com base em tradições antigas, que surgem nessa sociedade, como se de uma ordem natural se tratasse; *carismática*, resultado das características de forte personalidade de quem exerce esse poder (Pereirinha, 2008, p.46)”.

O Estado, ou outras possíveis instituições, encontram a sua legitimidade no primeiro aspeto anteriormente referido, nomeadamente, a base racional-legal, o que se reflete na base de intervenção do Estado providência (Pereirinha, 2008).

A década que se seguiu contrariamente a estes anos de revolução dos sistemas e dos serviços, correspondeu a uma época de estagnação para as políticas públicas sociais (Alves, s.d.).

Embora numa época de estagnação, Portugal, de forma morosa, evidenciava alguns progressos ao nível das suas políticas, sem nunca se desassociar das políticas produzidas pelos programas europeus (Alves, s.d.).

Posterior às alterações incorporadas pelo Estado Português, com os impactos notáveis dos processos da Globalização produzidos ao nível da economia, do social e do cultural, assim como nas políticas tornou-se imprescindível o repensar da relação entre a sociedade e o estado (Gonçalves, s.d.).

## ***1.2. Desenvolvimento Social***

Inicia-se assim, uma nova perspectiva de trabalho, reflete-se um novo consórcio de intervenção. Procura-se um Estado Social Ativo, através do Desenvolvimento Social (Alves, s.d.).

O Desenvolvimento Social não poderá ser desassociado do conceito de Desenvolvimento Local, estando os dois relacionados e próximos. Ambos preconizavam um trabalho que consciencialize e unifique os intervenientes, processo este que procura reunir esforços ao nível da intervenção, pelo que, é necessário um trabalho descentralizado, inerente às problemáticas sociais características de cada território, facilitando a reprodução de respostas sustentáveis e integradas (Alves, s.d.).

Como sugere Buarque (1999)

“pela reduzida escala territorial e populacional, o planeamento [do desenvolvimento] local e municipal tende a ter uma grande proximidade do cidadão e seus problemas e uma grande aderência aos instrumentos institucionais de gestão e intervenção. [...] Esta proximidade dos problemas e do cidadão permite que o planeamento [do desenvolvimento] tenha amplos mecanismos de participação da população e dos atores sociais, comprometendo a sociedade com as decisões e com as iniciativas e prioridades, viabilizando, portanto, a mobilização das energias da sociedade (*Cit. in*, Ckagnazaroff & Abreu, 2009, p. 41)”.

Percebeu-se que um trabalho comum a todos os territórios não se verificava uma metodologia eficaz, pelo que, a disseminação do poder e a unificação de esforços entre os diferentes parceiros de intervenção local, revelou-se uma forte estratégia na concretização de projetos sociais e no conseqüente desenvolvimento local (Alves, s.d.).

O desenvolvimento local concebeu paradigmas participativos, tendo atribuído às comunidades o direito à participação no que concerne às decisões políticas. Verificou-se que este novo modelo de trabalho resultava num conjunto de forças produzidas pelo Estado, pelas entidades públicas e pelas entidades privadas (Ckagnazaroff & Abreu, 2009).

Syret em 1993 define dois pontos cruciais no conceito do desenvolvimento local. Primeiramente sugere um pensamento elitista, que relaciona diretamente o processo de desenvolvimento com as questões relacionadas com a administração pública e a diminuição dos *deficits* existentes. Por outro lado, numa segunda abordagem, o autor relaciona o desenvolvimento com um novo conceito, a Governança, “como um instrumento ativo no desenvolvimento local, enfatiza a necessidade da busca da justiça

social, embasada na participação popular, como ingredientes fundamentais do desenvolvimento local” (*cit. in*, Ckagnazaroff & Abreu, 2009 p. 2). Por outras palavras,

“governança é um fenómeno mais amplo que o governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de carácter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas (Rosenau cit in Gonçalves, s.d., p.5)”.

O processo de desenvolvimento é classificado por Andrade em 2002, segundo três gerações de pensamento. A primeira, em 1950, associa este processo às questões relacionadas de forma direta com a produção de riqueza, associando o social ao económico. Quatro décadas depois, em 1990, um novo pensamento surge acerca do desenvolvimento, uma visão neoclássica, a qual não previa a inclusão dos cidadãos no que concerne aos processos de toma de decisão, e objetivava um trabalho que permite-se um equilíbrio entre a taxa de poupança e o aumento das despesas. Por fim, na última metade do século XX, verificou-se um acréscimo das desigualdades sociais, o que relacionou o desenvolvimento com as situações sociais complexas (*cit. in*, Ckagnazaroff & Abreu, 2009).

Ao longo destas três fases de pensamento acerca do processo do desenvolvimento, emergiu-se de um raciocínio estritamente relacionado com as questões monetárias para um pensamento diretamente associado às questões da proximidade, às preocupações com a qualidade de vida do ser humano, tudo isto, reflete uma intervenção sustentável, pelo que surgem novos conceitos, como por exemplo, o desenvolvimento local, as redes provenientes da descentralização do poder e a Governança Partilhada. Todos estes novos conceitos procuram atingir um objetivo em comum, o desenvolvimento local, que por sua vez, estimula diretamente um desenvolvimento que se assegure sustentável (Ckagnazaroff & Abreu, 2009).

### ***1.3. Governança Local e Governança Partilhada***

Amaro (2016) acrescenta os conceitos da Governança Local e a Partilhada, sugere que a Governança Local Partilhada permite visualizar um conjunto de estratégias que possibilitam alcançar os problemas inerentes na sociedade. Esta política prevê um estímulo ao empreendedorismo, facilitando a criação de respostas individuais, através da

programação estratégica de projetos que estimulem estas ações. Esta é uma política que decreta funções tradicionalmente do Estado Social na Economia Social, como é exemplo, a Rede Local de Intervenção Social, a RLIS. A Governança Local Partilhada remete-nos para uma ótica de delegação indireta, diferente das funções do Estado Social, através do apadrinhamento de instituições da economia social pelas grandes empresas e entidades, como é o exemplo das Energias de Portugal (EDP). Objetiva também, um trabalho que transfere algumas competências específicas do Estado Social Tradicional para o Estado Social, resultando na disseminação do poder. Deste modo, é possível afirmar que a Governança Local Partilhada corresponde a um processo dinamizador de sinergias entre o estado, público e privado, a sociedade civil e as empresas territoriais (Amaro, 2016).

Um trabalho que estimule o desenvolvimento local estimula diretamente o desenvolvimento sustentável, como resposta a estes conceitos encontramos associada a governança partilhada que impõe um trabalho descentralizado, um trabalho em rede.

Por forma a refletir a metodologia de trabalho anteriormente descrita e a regulamentar a disseminação do poder, o Estado cria uma nova entidade, descrita no ponto seguinte, a Rede Social.

#### ***1.4. Caracterização da Rede Social***

A Rede Social surge na sequência da Resolução do conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de novembro. Em 14 de junho de 2006, o Decreto-Lei n.º 115/2006 define Rede Social e estabelecendo os seus objetivos e o âmbito de intervenção no qual se enquadra.

“A Rede Social é um fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar. A Rede Social deverá, no entanto, assumir uma postura ativa de ir ao encontro ao encontro das diferentes entidades que atuam no domínio social, suscitando a sua participação (RCM n.º197/97 de 18 de novembro p.6253)”.

O facto das Redes Sociais estarem associadas às autarquias prende-se, uma vez mais, com as questões relacionadas com a descentralização do poder, associada à proximidade local, nomeadamente,

“o município, na qualidade de instituição pública mais próxima das populações, reúne condições favoráveis ao estabelecimento das melhores cooperações locais, mobilizando, quer recurso, quer iniciativa, de natureza pública ou privada, adaptando e vertendo as políticas (sociais) europeias e nacionais para as necessidades locais, paralelamente a uma função de orientação de investimentos

e de outras tantas iniciativas para as áreas que complementam e desenvolvem a economia local (Alves, s.d., p. 12)”.

Tal como indica a referência anterior, as PPS atribuem aos municípios um papel fundamental na intervenção social. Estas entidades deverão estar capacitadas para percecionarem as situações de cariz problemático, tal como, deverão estar habilitadas para trabalhar soluções possíveis de aplicar e sustentar. As soluções deverão perspetivar um trabalho potenciador de desenvolvimento local e assegurar mecanismos de reforço às respostas existentes (Alves, s.d.).

A definição anteriormente transcrita completa, ainda, alguns dos pensamentos já referenciados até ao momento neste documento. Remete-nos para a importância de se unificar os esforços, sem multiplicar as respostas, com a preocupação de não aumentar significativamente os encargos ao nível económico. A Rede Social, pela sua proximidade com as localidades e com as problemáticas sociais, permite que a intervenção ao nível das políticas sociais se proceda de uma forma ajustada (DL n.º197/97 de 18 de novembro).

A Rede Social pressupõe um trabalho de articulação entre o governo e os diferentes intervenientes locais com responsabilidade social e os cidadãos, com maior ênfase para os que se encontram em situação minoritária, por forma a potencializar a participação destes civis nos trabalhos desenvolvidos, diminuindo as situações de pobreza e a consequente exclusão social. Este trabalho potencia o desenvolvimento local que por sua vez, estimula o desenvolvimento social integrado e sustentável (DL n.º115/2006 de 14 de junho). As Redes Sociais vêm deste modo

“complementar a ação de um Estado- Providência insuficiente e, por vezes, longínquo e ineficaz, com o objetivo de promoverem o Desenvolvimento Social (ou seja, a garantia dos Direitos Sociais básicos) com as metodologias de Desenvolvimento Local (nomeadamente de forma participada, em parceria e numa perspetiva integrada) (Amaro, s.d, p. 1)”.

As Redes Sociais assentam numa metodologia de trabalho participativa com vista à promoção de Estado Social Ativo.

Os efeitos sentidos pelas dificuldades económicas geradas pela crise colocam em causa a integridade das respostas, transmitindo que, muitas vezes, a única resposta possível de assegurar está diretamente associada às redes sociais.

Amaro (2016), não dissocia o conceito de desenvolvimento do conceito de bem-estar das comunidades, estando este, associado ao crescimento económico. É frequente procedermos a comparações com sociedades ou grupos sociais mais desenvolvidos,

aqueles que consideramos como referência. Porém, este é um aspeto que pode levantar algumas questões relacionadas com a viabilidade e com o facto de existirem recursos suficientes. Atualmente pensa-se o desenvolvimento sem desincorporar uma perspetiva ambiental, sendo esta umas das principais questões colocadas ao mundo atual. É nesta perspetiva ambiental que se encontra a conceção do desenvolvimento sustentável. Importa deste modo, que se adote uma visão multidimensional do desenvolvimento que deverá ser, uma vez mais, sustentável, local, integrado e produzir o bem viver. O bem viver, evocando a sabedoria índia, transmite-nos a importância de serem estabelecidas pontes de harmonia entre a comunidade e a mãe natureza (Amaro, 2016)

O desenvolvimento sustentável deverá compilar o “crescimento económico; a coesão social; a preservação ambiental; a diversidade cultural; a coesão territorial; a capacidade de conhecimento, associada às questões de literacia, onde se verifica o acesso às informações, mas as mesmas não são entendidas, ou compreendidas; a cidadania, governança partilhada e a explicitação dos valores coletivos, nomeadamente, a solidariedade, a democracia, a transparência e a equidade” (Amaro, 2016).

Associado às redes sociais, estão alguns órgãos, como são exemplo, o Conselho Local de Ação Social (CLAS) e as Comissões Sociais de Freguesia – CSF.

De acordo com os objetivos do nosso trabalho vamos caracterizar o funcionamento do CLAS e das CSF.

### ***1.5. Conselho Local de Ação Social – CLAS***

No que diz respeito ao CLAS, temos que este é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal e poderá constituir o seu núcleo de trabalho por diferentes membros do sector público, Instituições com funções no âmbito da intervenção social e os Presidentes das Juntas de Freguesia (DL n.º115/2006 de 14 de junho).

No mesmo Decreto-lei é possível encontrar explicitas as competências deste órgão, nomeadamente,

“a) aprovar o seu regulamento interno; b) constituir núcleo executivo; c) criar grupos de trabalho temáticos, sempre que considerados necessários para o tratamento de assuntos específicos; d) fomentar a articulação entre os organismos públicos e entidades privadas, visando uma atuação concertada na prevenção e resolução do problemas locais de exclusão social e pobreza; e) promover e garantir a realização participada do diagnóstico social, do plano de desenvolvimento social e dos planos de ação anuais; f) aprovar e difundir o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social, assim como, os respetivos planos de ação anuais; g) promover a

participação dos parceiros e facultar toda a informação necessária para a correta atualização do sistema de informação nacional a disponibilizar pelo Instituto da Segurança Social, I.P.; h) avocar e deliberar sobre qualquer parecer emitido pelo núcleo executivo; i) tomar conhecimento de protocolos e acordos entre o Estado, as autarquias, as instituições de solidariedade social e outras entidades que atuem no concelho; j) apreciar as questões e propostas que sejam apresentadas pelas CSF, ou por outras entidades competentes representadas, ou não, no CLAS; l) avaliar, periodicamente, a execução do plano de desenvolvimento social e dos planos de ação; m) promover ações de informação e formação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais; n) submeter à decisão das entidades competentes as questões e propostas que não se enquadrem na sua área de intervenção” (DL n.º115/2006 de 14 de junho, Art.º 26.º).

O CLAS encontra diversas competências, tal como referido, contudo é um órgão que representa a articulação entre todas as entidades municipais, o que se revela uma grande mais-valia ao nível da comunicação entre as diferentes instituições permitindo maior articulação.

O Estado Social Ativo prevê a delegação do poder numa política de *Delivery*, correspondente às CSF, e de *Policy*, inerente ao CLAS. É de salientar que a entrega do poder da presidência dos cargos de representantes, tanto nas CSF e no CLAS, é efetuada com o cuidado de que nenhum destes membros reúna competências legais no trabalho de ação social (Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2010-2012).

### ***1.6. Caracterização das Comissões Sociais de Freguesia – CSF***

As CSF, no município de Santa Maria da Feira, denominadas por Fóruns Sociais de Freguesia – FSF, são presididas pelos respetivos Presidentes de Junta, constituídas por diferentes parceiros com funções diretamente ligadas ao Serviço Social, por algum possível membro da comunidade (residente na localidade), entre outros que possam contribuir para o desenvolvimento local, desde que sejam membros da freguesia ou estejam sedeados na mesma (DL n.º115/2006 de 14 de junho).

O Decreto-lei n.º115/2016 de 14 de junho define as competências inerentes às CSF, nomeadamente:

“a) aprovar o seu regulamento interno; b) sinalizar as situações mais graves de pobreza e exclusão social existentes na freguesia e definir propostas de atuação a partir dos seus recursos, mediante a participação de entidades representadas ou não na comissão; c) encaminhar para o respetivo CLAS os problemas que excedam a capacidade dos recursos da freguesia, propondo as soluções que

tiverem por adequas; d) promover mecanismos de rentabilização dos recursos existentes na freguesia; e) promover a articulação progressiva da intervenção social dos agentes da freguesia; f) promover ações de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais; g) recolher a informação relativa aos problemas identificados no local e promover a participação da população e agentes da freguesia para que se procurem, conjuntamente, soluções para os problemas e h) dinamizar a adesão de novos membros (DL n.º 115/2006 de 14 de junho, Art.º 20.º)”.

De entre as competências anteriormente referenciadas das CSF ou do FSF, verifica-se no contexto prático alguns aspetos cruciais, nomeadamente, a capacidade que os órgãos do FSF encontram em perceber as situações problemáticas, na medida em que se evidência a proximidade local, torna-se igualmente relevante o facto de serem articulados os recursos/respostas e a capacidade que esta entidade tem de sensibilizar e informar a população.

Os FSF correspondem a uma metodologia de trabalho onde a finalidade estratégica emerge no desenvolvimento sustentável, onde a metodologia de trabalho corresponde ao desenvolvimento local e onde o modelo de regulação diz respeito à Governança Partilhada (Amaro, 2016).

No que concerne ao âmbito territorial dos FSF corresponde à Freguesia ou União das Freguesias e se, eventualmente, as Juntas de Freguesia manifestarem interesse em promover Fóruns interfreguesias, sendo freguesias pertencentes ao município, poderá o CLAS permitir esta mobilidade (CMSMF, s.d.).

Enquanto órgão de proximidade da Rede Social Concelhia o FSF deve: colaborar com o CLAS na execução do diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social, Planos de Ação Anuais, Avaliação e Divulgação; executar o Plano de Ação Anual de acordo com o Plano de Ação do CLAS; proceder à elaboração do relatório de execução anual; marcar presença nas reuniões de Núcleo Executivo e do CLAS (CMSMF, s.d.).

Amaro (2016), defende que os FSF deverão atuar segundo dez princípios metodológicos, nomeadamente, o processo de mudança que deverá estar subjacente às questões relacionadas com a criatividade, aos ganhos e as perdas; o trabalho deverá centralizar-se numa determinada comunidade de pequena dimensão; terá de responder às necessidades fundamentais não satisfeitas nessa comunidade, os FSF deverão perspetivar projetos, mas também sonhos, isto é, não abandonar o pensamento ligado ao futuro; adotar, prioritariamente as capacidades endógenas, importa que se trabalhe as questões relacionadas com a cumplicidade e a persistência; trabalhar as estratégias participativas,

através do estímulo ao empowerment, ou seja refletir na autonomização; apoiar de forma fertilizante os recursos existentes; possuir uma visão integrada das situações problemáticas e das soluções possíveis, importa que se detenha uma motivação multidimensional; desenvolver um trabalho em parceria, um trabalho que se manifeste lógico e salvasguarde o princípio de que os FSF são um órgão impulsionador do desenvolvimento local; trabalhar uma metodologia que encontre toda a comunidade, mesmo que, primeiramente apenas uma pequena amostra da comunidade seja envolvida e posteriormente se envolva a restante comunidade, o que se pretende com este ponto é transmitir a importância de um trabalho que não se restrinja à porta fechada e por fim, um trabalho que seja reconhecido como diversificado, com alternados ritmos, diferentes protagonistas e principalmente, com resultados positivos.

### ***1.7. Reflexões Finais***

Tendo em conta tudo o que até aqui foi mencionado neste documento, acerca das políticas de desenvolvimento local, compreende-se a importância de um trabalho de coesão social/económica a nível territorial, por forma a valorizar-se as potencialidades locais, compreendendo os desafios colocados em cada região, promovendo a consolidação de respostas devidamente estruturadas e adequadas às necessidades existentes, entendendo que os desafios emergem de forma distinta, consoante o espaço (Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2012).

No que respeita à implementação das PPS existem duas possibilidades que têm definido o processo de conceção e implementação das políticas sociais públicas: a abordagem *top-down* e a *bottom-up*.

O Top-down surge em 1973 e os primeiros estudos surgem associados a Pressman e Wildavski (1973). O interesse nesta perspetiva de trabalho tornou-se bastante comum e foi trabalhada por vários autores. Esta técnica de implementação das PPS assenta segunda dois pensamentos, nomeadamente o pensamento racionalista e o Weberiano (*cit in Rua & Romanini, s.d.*).

No que concerne ao primeiro pensamento, o racionalista, tem-se que “a implementação consiste em um conjunto ordenado de atividades-meio para alcançar objetivos previamente estabelecidos” (Rua & Romanini, s.d., p.6). O pensamento racionalista implementa as PPS tendo em conta os objetivos a alcançar por parte da entidade mandatária

Quanto ao pensamento Weberiano, “a perspectiva da implementação como um sistema de comandos centralizados e hierárquicos associados a uma escrita de separação entre política e administração” (Rua & Romanini, s.d., p.6). Neste âmbito a implementação tem início na decisão governamental de forma isolada.

O modelo Top-Down defende diretamente os objetivos das PPS sendo que estas são definidas em consenso com os objetivos e preocupações do governo.

Contudo, a aplicação desta perspectiva suscitou algumas dificuldades na prática. Van Meter e Van Horn (1975), preocupados com a difícil exequibilidade das PPS com base nesta metodologia de implementação, sugerem duas alternativas para facilitar este trabalho, nomeadamente, defendem que a extensão pretendida relativamente ao processo de mudança deverá ser menor e relativamente a quem decreta as PPS deverão trabalhar com maior consenso (Rua & Romanini, s.d.).

Se por um lado o Top-Down procura desenvolver um trabalho onde se verifique concordância e conformidade entre os membros do governo responsáveis por decretar as PPS, por outro, o modelo de implementação Bottom-up estimula a participação. No entanto ambos os modelos encontram um ponto comum, segundo Bardach (1977), o sucesso da implementação das PPS carece de um acompanhamento com todos os intervenientes (Rua & Romanini, s.d.).

Numa perspectiva de melhorar a implementação das PPS, Hogwood e Gunn (1984), sugerem algumas estratégias facilitadoras deste processo, nomeadamente: relativamente às entidades responsáveis pela implementação das PPS, estas deverão considerar as situações externas, por forma a estimular o consenso entre as partes; o processo de implementação carece de diferentes recursos, como são exemplo os recursos humanos e financeiros, pelo que, para um processo acontecer de forma eficaz torna-se necessário assegurar todas as condições exigidas.

Ainda relativamente aos recursos necessários, importa que se perceba que a implementação das PPS corresponde a um processo constituído por distintas fases de trabalho, pelo que, os recursos exigidos em cada fase são distintos, mas de igual importância na concretização adequada do processo; no que concerne à política praticada, é de elevada relevância que esta cruze o problema e a solução, isto é, uma política eficaz, deverá focar a sua intervenção, não apenas na concretização de soluções, mas deverá também focalizar os seus objetivos para as causas dos problemas.

No que respeita à relação existente entre as causas dos problemas e as soluções apresentadas, esta deverá ser uma relação o mais estrita possível; quanto às entidades

responsáveis pela implementação das PPS, torna-se importante que o processo não decorra entre várias entidades e caso se verifique mais do que uma envolvida, o processo deverá ser o mais independente possível, para que não se torne moroso o processo de toma de decisão; os objetivos das políticas deverão ser do conhecimento de todos os intervenientes, não apenas na primeira fase, mas ao longo de todo o trabalho. O mesmo acontece relativamente às atividades a desenvolver. Cada entidade implementadora deverá estar devidamente preparada para cada fase, conhecendo os procedimentos de todo o processo, assegurando deste modo todas as respostas necessárias ao longo do trabalho; uma implementação bem-sucedida requer um trabalho que se proceda de forma clara, onde se verifique comunicação a todos os níveis e o processo de implementação deverá reproduzir-se de forma organizada, respeitando hierarquicamente as orientações de trabalho (Rua & Romanini, s.d.).

Relativamente às estratégias anteriormente apresentadas,

“podem ser resumidas em quatro variáveis correlatas, relevantes para o sucesso da implementação: a) a natureza da política pública não deve admitir ambiguidades; b) na estrutura da implementação política, os elos de cadeia devem ser mínimos; c) deve-se prevenir (evitar ou impedir) interferências externas na execução da política; e d) deve haver controle administrativo sobre os atores abrangidos na implementação (Rua & Romanini, s.d., p. 9)”.

O modelo Top-Dwon foi durante longos anos, a perspetiva de implementação mais comum. Sabatier e Mazmanian (1980), foram dois autores discípulos da metodologia Top-Dwon e sugeriram algumas metodologias para facilitar a implementação das PPS, concretamente: os autores defendem que os objetivos a serem trabalhados, assim como os critérios a adotar deverão estar devidamente definidos no âmbito da legislação; por outro lado, a legislação estabelecida deverá contemplar não só as soluções para os problemas, mas deverá também contemplar a causa, ou sejam a origem do problema que processa a criação das políticas; deverá estar de igual forma descrito na legislação todos os procedimentos, assim como deverão estar devidamente definidas as categorias hierárquicas e os recursos necessários; no que respeita às entidades implementadoras, estas deverão ser devidamente orientadas e capacitadas; as políticas públicas deverão assentar segundo os pressupostos dos diferentes grupos interventivos e ao longo do processo, os objetivos previamente definidos não deverão ser abandonados (Rua & Romanini, s.d.).

No que respeita aos problemas, os mesmos autores defendem que associados aos mecanismos de mudança estão as componentes comportamentais (Rua & Romanini, s.d.). Deste modo, o Modelo Top-Dwon afirma

“haver uma relação casual direta entre as políticas públicas e seus efeitos, e sustenta que os impactos das ações dos implementadores nos produtos das políticas (“delivery” ou “entregas”, os bens e os serviços que uma política pública produz) são pouco expressivos (Rua & Romanini, s.d., p. 11)”.

A transcrição anterior explicita de forma sucinta e clara os principais pressupostos do Top-Dwon. Esta é uma forma de implementação que sustenta diretamente os interesses políticos na resolução de conflitos e não atribui uma elevada relevância às opiniões e críticas das entidades implementadoras. Ou seja, a política é constituída segundo os pressupostos governamentais, não é atribuída muita relevância à participação na concretização das políticas (Rua & Romanini, s.d.).

Na década de 80 percebeu-se que as políticas praticadas não estariam a ser executadas de forma eficaz e algumas não seriam mesmo exequíveis. Foi de igual forma perceptível que os objetivos definidos pelas políticas não estavam de acordo com o produto final alcançado. Percebeu-se a existência de algumas lacunas no processo de implementação das PPS (Rua & Romanini, s.d.).

Esta situação proliferou novas teorias e novas necessidades de intervenção. Nesta nova fase de trabalhos entendeu-se a constituição dos objetivos das políticas não deveria manter-se centralizada, tal como se percebeu que a estrutura de hierarquização não representava uma mais-valia para a implementação. Abandonada esta ideia de implementação, surge um novo conceito, o Modelo Bottom-Up.

“De acordo com esse modelo, em vez de configurar a mera execução despolitizada e técnica de decisões oriundas do topo do sistema político, a implementação consiste em um conjunto de estratégias criadas pela burocracia de nível de rua para a resolução de problema cotidianos. Neste sentido, os burocratas de âmbito local são os principais autores na entrega dos produtos de uma política pública (Rua & Romanini, s.d., p. 12)”.

Esta é uma nova forma de implementação das PPS, corresponde a uma perspetiva distinta da primeira, nomeadamente a Top-Dwon, prima pela participação coletiva, atribuí importância às redes de trabalho e contesta a ideia de que a concessão das políticas deriva unicamente de uma estrutura superior a qual define concretamente os objetivos de

trabalho e as restantes entidades colocam em prática de forma intransigente (Rua & Romanini, s.d.).

O Modelo de Bottom-up compreende que as problemáticas sociais não decorrem todas de forma similar. Entende que as causas dos problemas são distintas, que a forma como se torna necessária a aplicação das políticas não é uniforme relativamente ao espaço, às culturas e sociedades. Deste modo, este método de implementação das PPS privilegia o conhecimento local e baseia-se na perceção real das problemáticas, através de um trabalho multidisciplinar de interação entre diferentes técnicos, que são constituídas as PPS. Neste âmbito de trabalho já não se verifica uma deliberação de cima para baixo, mas acontece exatamente o contrário: as políticas são constituídas de acordo com a informação proveniente dos núcleos mais próximos.

“O Modelo Bottom-Up presume que a implementação resulta das ações de uma rede de atores de uma área temática de política pública, os quais começam a executar determinadas ações para solucionar problemas do seu cotidiano. À medida que essas ações têm efeitos positivos, passam a institucionalizar-se, gradualmente, e encaminham-se para os patamares mais centrais e mais altos na estrutura hierárquica governamental, até se transformarem em uma política pública (Rua & Romanini, s.d., p. 13)”.

A expressão anteriormente transcrita descreve uma vez mais a base de intervenção deste modelo de implementação de políticas. Esta é uma estratégia que defende as potencialidades de cada sociedade. Acredita na capacidade de cada comunidade compreender as suas problemáticas e de gerar as suas próprias soluções. Contudo esta conceção, embora acredite nas capacidades individuais de cada sociedade, prevê o acompanhamento institucional. As entidades institucionais locais procuram perceber as situações problemáticas, a intervenção do Estado acontece numa fase posterior (Rua & Romanini, s.d.).

Contudo, a implementação das políticas segundo este Modelo também encontra alguns constrangimentos, “o enfoque Bottom-Up parte da ideia de que existe sempre um controle imperfeito em todo o processo de elaboração de política, o que condiciona o momento da implementação” (Rua & Romanini, s.d., p. 14).

Deste modo é possível concluir-se que este Modelo de implementação pressupõe um trabalho que contemple a capacidade individual de cada individuo, assim como estimula a sociedade na perceção das situações de conflito e na procura das respetivas soluções. Segundo, Lipsky (1980), o processo de implementação das políticas bem-

sucedidas depende essencialmente dos recursos humanos que as colocam em prática (*cit in* Rua & Romanini, s.d.).

De forma sucinta é possível compreender algumas diferenças entre os dois Modelos, o Top-Down e o Bottom-Up. No que respeita à “estratégia de pesquisa”, o primeiro modelo “parte das decisões políticas para a execução administrativa”, por outro lado, o segundo modelo acima referido “parte dos burocratas individuais para as redes administrativas”. Quanto ao ‘objetivo de análise’, o primeiro modelo procura “fazer previsões e oferecer recomendações políticas”, já o segundo, procura “descrever e explicar a implementação”. O Modelo Top-Down, adota um “processo político” que é “composto por estágios ou fases em um ciclo” enquanto no modelo Bottom-Up “não há estágios diferenciados, há uma fusão dos diversos momentos”. O Top-Down encontra como “caracter do processo de implementação” a “direção hierárquica” e o Bottom-Up, procura a “resolução de problemas descentralizada. Por último, no que diz respeito ao ‘modelo de democracia subjacente’, o modelo Top-Down adota um modelo “elitista” e o Bottom-Up uma perspectiva “participativa” (Rua & Romanini, s.d., p.17).

As Redes Sociais, as CSF, os FSF e o CLAS, são exemplos reais da exequibilidade do modelo Bottom-Up, a intervenção da Rede Social interage diretamente com os pressupostos do modelo referido. A Rede Social procura novas estratégias de implementação de políticas, debruçando-se sobre as potencialidades locais, planificando assim a sua intervenção a nível local. Pretende-se que as soluções surjam dos níveis mais próximos das sociedades, contudo sempre que este procedimento não se verifique exequível, os agentes implementadores das políticas deverão recorrer a entidades superiores (Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2010-2012).

## **CAPÍTULO 2: VOLUNTARIADO**

### **2.1. Introdução**

Tendo em conta que o projeto Afetos do Uíma, engloba um trabalho de cariz voluntário, torna-se pertinente uma breve reflexão sobre a orgânica deste género de trabalho.

Seguidamente, serão apresentados alguns pontos, tais como, as características do trabalho voluntário, as motivações para o voluntariado e do voluntário, os objetivos e o voluntariado de proximidade. Pretende-se facilitar a compreensão do trabalho voluntário.

### **2.2. O Trabalho Voluntário**

Numa sociedade cada vez mais capitalista, individualista e desprovida de valores solidários, o trabalho de voluntariado, definido no decreto-lei n.º71/98 de 3 de novembro, como um:

“conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. Não são abrangidas pela presente lei as atuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança (art.º 2, do DL n.º71/98 de 3 de novembro)”.

Correspondendo o supracitado a uma transformadora metodologia no que concerne às questões participativas na sociedade.

O trabalho de voluntariado é um trabalho que abrange muito mais do que uma intervenção provida de solidariedade. É importante perceber que cada um de nós, inseridos num meio específico, pertencentes a uma comunidade com regras e padrões sociais, poderá fazer a diferença (Barros, 2007).

Ao longo dos anos, tem-se vindo a perceber que a percentagem de pessoas envolvidas em projetos de voluntariado tem aumentado e “os voluntários em Portugal representam cerca de 4,2% da população ativa portuguesa...” (Ferreira, Proença & Proença, F., 2008).

As ações de voluntariado culminam num conjunto de perspetivas sociais e cívicas, transmitindo a importância de cada cidadão assumir as suas responsabilidades enquanto

membro integrante de uma comunidade, ao mesmo tempo que elucida o voluntário daquilo que é capaz e do poder que tem enquanto agente de mudança.

O voluntariado encontra duas perspectivas de intervenção, nomeadamente, formal e informal. Sendo que primeiro prende-se com as atividades planificadas por organizações ou instituições. Quanto ao trabalho voluntário informal, este concebe as atividades organizadas por grupos de civis (CUE, 2011).

Por outro lado, pode assentar sobre uma política dirigente ou não dirigente. O voluntariado dirigente executa funções de gestão, enquanto o não dirigente está associado às atividades que desenvolvemos de forma rotineira e quotidiana (Ferreira, Proença & Proença, F., 2008).

### ***2.3. O Voluntário e as Motivações***

É no abraço de cada voluntário que incorpora o serviço do voluntariado que podemos encontrar a contribuição para uma sociedade melhor dia após dia. Contudo, o voluntário não dedica a sua intervenção apenas ao contributo, “abertura a novas experiências, prazer de sentir-se útil, oportunidade de aprender, de frequentar novos ambientes e conhecer outras pessoas”, são algumas das vantagens de alguém que se dedica e assume voluntário (Barros, 2007, p. 7). Segundo a Organização das Nações Unidas:

“o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos (Barros, 2007, p. 7)”.

No artigo n.º 3 do Decreto-lei n.º 71/98, encontramos outra definição sobre o voluntário:

“é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora. A qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais constantes da lei (DL n.º 71/98 de 3 novembro, art.º 3.º)”.

Ambos os pensamentos refletem uma perspectiva comum, no âmbito de que ser voluntário corresponde a um trabalho desprovido de interesses económicos, o que por sua vez não significa que o voluntário não deva ter motivações individuais, muito pelo

contrário, o trabalho produzido pelo voluntário deverá sempre ter em conta as suas expectativas. Segundo Latham e Pinder (2005),

“a motivação é um processo psicológico complexo que resulta de uma interação entre o indivíduo e o ambiente que o rodeia” os mesmos autores, associam a motivação no trabalho como “um conjunto de forças energéticas que fazem com que o indivíduo inicie um comportamento relacionado com o trabalho e determine a sua forma, direção, intensidade e duração (*cit in*, Ferreira, Proença & Proença, 2008, p. 45)”.

Latham e Pinder (2005) refletem as ideias anteriormente descritas, numa perspetiva que assume as motivações interligadas com diferentes fatores. O motivo pelo qual o voluntário se sente estimulado varia significativamente de pessoa para pessoa e engloba um conjunto de características individuais e singulares. Aquilo que o indivíduo é enquanto pessoa, o que procura alcançar, o meio envolvente que o caracteriza e aquilo que encontra como crenças influenciam significativamente a motivação dos voluntários (*cit. in* Ferreira, Proença & Proença, 2008).

Ainda sobre as principais motivações do trabalho voluntário, Ferreira, Proença e Proença, (2008), apresentam um estudo que permite compilar as principais quatro motivações do voluntário, nomeadamente: o “altruísmo”, a “pertença”, o “ego e reconhecimento social” e a “aprendizagem e desenvolvimento” (*idem* p. 49).

Quanto ao sentimento de altruísmo este reflete uma intervenção motivada pelo auxílio ao próximo que é sentido como uma atividade solidária e como uma mais-valia cívica. A pertença, objetiva novos conhecimentos, a satisfação de adquirir novos amigos e relaciona as questões ligadas à integração na comunidade e permite a partilha de experiências entre indivíduos com os mesmos interesses. O ego e o reconhecimento social, objetivam com as suas atividades aproveitar os tempos de ócio de forma produtiva, aumentando o sentimento de “autoestima”, e “confiança” e a “satisfação”. Todos os voluntários gostam de ver reconhecido e respeitado o seu valor (Ferreira, Proença & Proença, 2008, p. 49). Por último, a aprendizagem e o desenvolvimento, encontram como objetivos a conquista de novos desafios, a aquisição de novas experiências e é também objetivo desta motivação a conjugação da atividade profissional com os momentos de voluntariado (Ferreira, Proença & Proença, 2008).

Ainda focando o aspeto do reconhecimento e do respeito pelo trabalho desenvolvido pelo voluntário, temos que, independentemente da periodicidade do trabalho produzido, este deverá sempre ser devidamente reconhecido, estimulando a

transição de um “voluntariado ocasional” para um trabalho de “voluntariado de longo prazo” (CUE, 2011, p. 7)

Ferreira, Proença & Proença, F., (2008), afirmam mesmo que:

“os indivíduos esperam que o voluntariado os compense e que isso seja uma fonte de confiança e satisfação, uma fonte de respeito e reconhecimento, uma fonte impulsionadora de estatuto. Também relacionada com esta categoria motivacional parece estar a procura crescente de contactos institucionais” (Ferreira, Proença & Proença, F., 2008 p. 50)”.

#### **2.4. *Objetivos do Voluntariado***

Pretende-se que as ações de voluntariado estimulem os “laços de solidariedade”, a “aprendizagem e desenvolvimento de competências” e que se continue “aumentando a participação cívica” (APCC, s.d. p. 6).

O trabalho voluntário assume diretrizes muito distintas, desenvolvendo um carácter multifacetado, intervindo com muitas políticas, como são exemplo, a educação, o social, o emprego e o desenvolvimento. Esta é uma forte estratégia ao nível da intervenção social, promovendo atividades que visem a diminuição dos níveis de pobreza e de exclusão social. Por outro lado, o facto do voluntariado estar constituído por um conjunto de voluntários com diferentes idades permite um trabalho multigeracional o que promove entre as gerações o sentido de responsabilidade e o sentimento solidário (CUE, 2011, p.3).

Porém é possível definir quatro áreas relevantes para o voluntariado. A primeira está associada ao território; a segunda à situação social do voluntário; a terceira está relacionada com as motivações e a última, com a orientação que o voluntário recebe (Ferreira, Proença & Proença, 2008).

O trabalho voluntário incorpora um vasto leque de princípios. Aquando de um voluntariado formal: o voluntário deverá respeitar sempre os interesses e objetivos delineados pela instituição, assim como, deverá ser conhecedor das políticas da organização; o voluntário decide, conjuntamente aquilo que pretende fazer, de acordo com as atividades disponíveis, posto isto, deverá assumir uma atitude responsável, cumprido integralmente com as suas funções; as ações de voluntariado não poderão decorrer de forma isolada, quando falamos num voluntariado formal, temos de falar também, num trabalho de equipa; todos os voluntários deverão mostrar-se acessíveis a possíveis formações e deverão produzir um trabalho provido de valores (DUSV, 1990).

No que diz respeito ao papel associativo perante os voluntários tem-se que, as instituições têm como obrigação e dever a especificação das regras de participação, assim

como deverá estar aprovado o estatuto do voluntário e as atividades a desenvolver; é também da responsabilidade das organizações a promoção de momentos formativos, que enriqueçam as capacidades dos voluntários; as organizações dirigentes deverão sempre assegurar as questões de segurança e aquando do finalizar das atividades do voluntariado, a organização deverá ter estabelecida a forma de protocolizar estes procedimentos (DUSV, 1990).

Todavia, embora o voluntariado se demonstre uma importante estratégia na participação cívica, tonar-se importante que se perceba que as atividades de génese voluntária não podem nem devem substituir as responsabilidades do Estado (CUE, 2011, p.3).

## ***2.5. Voluntariado de Proximidade***

Contextualizando esta prática com o que importa neste projeto trabalhar, encontramos um novo conceito associado às práticas voluntárias, nomeadamente, o voluntariado de proximidade.

Este novo conceito está associado a uma nova perspetiva de trabalho, extra institucional, e é definido como: “uma atividade desenvolvida a nível local, baseada nas relações de proximidade, no sentido de prestar apoio pessoal e social a pessoas, famílias ou instituições, em contexto domiciliário e/ou institucional” (*cit. in* CES, 2013 p. 213).

O Voluntariado de Proximidade é um trabalho que enquadra algumas perspetivas de intervenção das redes de vizinhança informais e do voluntariado formal, mas que pode distinguir-se pelo facto do voluntariado de proximidade não exigir a associação direta a uma organização, podendo o trabalho apenas estar a ser coordenado por uma instituição no que diz respeito à capacitação (CES, 2013). Como principais áreas de intervenção deste género de trabalho, surge a “exclusão social, o envelhecimento ou a solidão” (CES, 2013, p. 215).

Este conceito surge associado às necessidades cada vez mais proliferadas numa sociedade globalizada, o que reflete a iminência de atuar localmente. O Voluntariado de Proximidade corresponde a um trabalho regrado que envolve as pessoas que estão, como o próprio nome indica, próximas, aquelas que muitas vezes enquadram as redes de vizinhança. Contudo, em meios menos industrializados e em sociedades mais pequenas, consegue-se perceber que a o voluntariado de proximidade acontece de forma informal, agregado aos laços sociais constituídos entres os moradores, “as minhas vizinhas

conhecem-se todas, se uma não aparece no café vão logo bater-lhe à porta. Nas verdadeiras comunidades, esse voluntariado não precisa de associações nenhuma nem precisa de uma estrutura formal” (CES, 2013, p. 215).

Pode então concluir-se que o voluntariado de proximidade objetiva a estimulação e a ativação das redes sociais, por forma a possibilitar uma resposta integrada que permita trabalhar algumas áreas problemáticas, já referenciadas anteriormente.

**PARTE III**

---

**AFETOS DO UÍMA**

## CAPÍTULO 1: O BEM ENVELHECER

### *1.1. Projetos de Intervenção Social com um Público-alvo Sênior*

Com a evolução da sociedade que converge cada vez mais, numa população caracterizada pela decrescente taxa de natalidade e pelo conseqüente aumento da esperança média de vida, as preocupações associadas ao processo de envelhecimento têm-se demonstrado pertinentes.

Numa perspetiva social, vivemos num meio cada vez mais caracterizado pelo avanço tecnológico, pelas potencialidades industriais e por uma comunidade individualista e materialista. No dia-a-dia stressante que cada um nós vive, são esquecidos, muitas vezes, aqueles que já não contribuem ativamente para o país, os sem voz, os reformados, as Pessoas Idosas.

Olievenstein, (2000), reflete sobre o processo de envelhecimento, na medida em que este é um processo que acontece durante toda a vida, mas que contudo só é percecionado tardiamente. Esta transição quando não preparada gera sentimentos de angústia.

A angústia está muitas vezes associada à controvérsia gerada entre a dicotomia da idade cronologia e biológica. Estes são aspetos fundamentais na satisfação pessoal, pois duas pessoas com idades cronológicas iguais podem encontrar-se em patamares biológicos completamente distintos, o que significa que as capacidades individuais variam muito para pessoas com os mesmos anos. Também relacionado com a angústia prolifera o medo da proximidade da morte (Olievenstein, 2000).

Na obra do autor, “a arte de envelhecer” é possível de se ler que “envelhecer é começar a ter saudades, a repetir lembranças, a utilizar câmara fotográficas, projetores, a passar para si mesmo dez vezes o casamento de alguém ou a descoberta da Grécia. É dizer a todos que as épocas antigas, embora fossem rudes, mais rudes que agora, eram mais verdadeiras, mais densas, mais afetivas, como mostram os álbuns de fotografias” (Olievenstein, 2000, p. 42).

O autor retrata o processo de envelhecimento como algo angustiante, embora todos saibamos que acontece de ano para ano, dia para dia, apenas quando nos encontramos verdadeiramente nesta situação, conseguimos percecionar a sua inevitável progressão (Olievenstein, 2000).

O processo de envelhecimento não é uma transição pacífica e simples, muito pelo contrário, instaura na vida da pessoa idosa um conjunto de modificações que exigem muita resiliência.

A aposentação deveria ser um aspeto trabalhado ao longo dos anos, de forma precoce. Mas este procedimento não é frequentemente praticado. Quando se verifica a transição para a aposentação os seniores não se encontram preparados psicologicamente para a mudança.

É a pensar nos seniores que não preparam as suas aposentações, naqueles que negam os processos do envelhecimento, nos que não reúnem capacidades de resiliência, nos que se encontram em situação de isolamento social e/ou familiar, que surge um conjunto de pensamentos e trabalhos que adotem estratégias participativas, por forma a estimular a integração social.

De seguida serão apresentados dois projetos que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas em situação de isolamento social, estimulando a participação ativa na sociedade e promovendo deste modo, melhorias na qualidade de vida destes seniores.

#### *1.1.1. “Projeto de Acompanhamento de Seniores – PAS”*

Este é um projeto implementado pelo Município de Alter do Chão, enquadrado no sector social e na educação. É um trabalho que surge como resposta às preocupações suscitadas pelo envelhecimento demográfico do município (CMAC, 2013).

O PAS encontra como objetivos “atenuar o isolamento e solidão, bem como minimizar situações de risco e exclusão social” nos idosos inscritos no cartão sénior do município (CMAC, 2013, p. 4).

A nível dos recursos humanos, este projeto conta com uma equipa constituída por técnicos superiores do sector social e do sector da educação.

Quanto à metodologia utilizada, o PAS efetua visitas domiciliárias de forma regular (CMAC, 2013).

Por fim, esta iniciativa objetiva um estudo sobre a possibilidade de ser implementada uma resposta tipificada no concelho (CMAC, 2013).

### *1.1.2. “Projeto Sol”*

À semelhança do projeto anteriormente descrito Câmara Municipal de Castelo de Paiva concebeu o Projeto Sol. Este é um projeto que visa apoiar as pessoas idosas, adotando estratégias que minimizem as consequências inerentes aos processos de solidão deste público-alvo (CMCP, s.d.).

O Projeto Sol evidencia a importância de se criarem condições para um envelhecimento bem-sucedido e pensa as questões relacionadas com a emigração de um número significativo da população deste município, o que resulta no isolamento e na solidão dos Seniores destas famílias (CMCP, s.d.).

Este trabalho desenvolvido pelo município conta com uma equipa multidisciplinar, que objetiva a aproximação das pessoas seniores referenciadas. O trabalho que desenvolvem debruça-se sobre visitas regulares e continuadas que procuram desenvolver atividades lúdico-recreativas e culturais. Por outro lado permite um contacto tanto presencial como telefónico que possibilita o acompanhamento da pessoa idosa (CMCP, s.d.).

### ***1.2. O Bem Envelhecer***

O projetos anteriormente referenciados procuram, tal como o Afetos do Uíma que será um trabalho que abrace a população sénior e que minimize os efeitos menos positivos do envelhecimento.

São vários os fatores que condicionam um envelhecimento bem-sucedido, assim como, os sentimentos envolvidos neste processo. A tendência ao isolamento é frequente e embora, muitas vezes, se verifique a existência de atividades locais e respostas tipificadas, não se verifica a adesão de uma proporção da população idosa. É com este público-alvo que o projeto objetiva trabalhar. É nesta percentagem da população que se pretende produzir um trabalho estimulativo e aplicar um conjunto de estratégias participativas, tentando a promoção da vida social e a redução da solidão e isolamento.

Para além destes projetos, envolverem estes seniores na participação social, são também estabelecidos laços afetivos e este é, um ponto crucial destes trabalhos que vão ao encontro destas pessoas isoladas no seu próprio sofrimento, despidas de afetos e sem redes de confiança. Este trabalho para além de promover atividades que estimulam a pessoa idosa, oferece a cada um destes seniores uma mão amiga e a certeza de que não

estão sós, “Porque aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si e levam um pouco de nós” (Exupéry, 2017).

No ponto seguinte será descrito o Projeto Afetos do Uíma, um trabalho de intervenção direta com a população idosa que adota alguns dos objetivos descritos nos projetos anteriormente apresentados.

## CAPÍTULO 2: ENQUADRAMENTO DO PROJETO AFETOS DO UÍMA

### 2.1. Pertinência do Projeto Afetos do Uíma

A pertinência do Afetos do Uíma prende-se com o facto de a UFCP concentrar o índice de envelhecimento e o índice de dependência de idosos mais elevados das três Uniãos de Freguesia referentes ao momento de estágio, como já foi possível de confirmar no primeiro capítulo da primeira parte desta monografia.

Após a conclusão dos dados anteriormente expostos, considerou-se pertinente a aplicação de um questionário de diagnóstico dirigido à população idosa da UFCP.

Após se proceder à análise do questionário, constituído por um conjunto de questões de cariz misto, aplicado durante alguns meses a uma amostra de 195 pessoas idosas desta União das Freguesias, com recurso ao banco local de voluntariado, concluiu-se que:

TABELA 2 - DADOS DO QUESTIONÁRIO

<b>Maioritariamente Mulheres</b>	
Idade média	<b>75 anos</b>
Não sabe ler nem escrever	<b>16,1%</b>
Reformado	<b>96,4%</b>
Coabita com o cônjuge	<b>53,5%</b>
Habita sozinho	<b>17,1%</b>
Cuidador informal	<b>12,5%</b>
Necessita de apoio nos cuidados pessoais	<b>17,7%</b>
Necessidade de apoio afetivo	<b>14,4%</b>
Apoio de diálogo e companhia	<b>42,1%</b>
<b>Patologias</b>	
Hipertensão	<b>35,5%,</b>
Doenças cardíacas	<b>26,5%</b>
Diabetes	<b>24,7%</b>
Perturbações ao nível da Locomoção	<b>21,7%</b>
Outro tipo de patologia	<b>36,1%</b>

Fonte: Elaboração Própria, dados recolhidos em contexto (2016)

Posteriormente à análise dos dados referidos na tabela anterior, refletindo nas 17,1% das pessoas idosas inquiridas que residem sozinhas e nas 53,5% que coabitam com

o cônjuge, persistiu a necessidade de ser pensado um trabalho no âmbito do Fórum Social de Freguesia (FSF) dirigido a este grupo-alvo.

Estes são dados que inspiram preocupação tendo em conta que se verifica uma elevada percentagem de idosos em situação de isolamento e a residirem somente com o cônjuge, na sua maioria idosos também.

Pensou-se desta forma num projeto que colmata-se as necessidades de isolamento social e/ou familiar e surge desta forma o Afetos do Uíma, um projeto baseado num trabalho de voluntariado que procura estimular a integração social da população sénior.

O Afetos do Uíma é um projeto que procura alcançar o público com mais de 65 anos que se encontra em situação de isolamento social. É um trabalho que pretende uma intervenção de proximidade, a qual proporcione momentos de convívio e fraternidade, aumentando os níveis de confiança e estimulando a integração social. Este é um projeto que nasce no FSF da UFCP, pelo que, se torna relevante proceder à caracterização do mesmo. Posto isto, será efetuada a descrição do FSF, descrevendo as necessidades referenciadas, as áreas elencadas como prioritárias e as áreas já laboradas.

Após efetuada a caracterizar o FSF será, finalmente, apresentado o projeto, Afetos do Uíma.

### *2.1.1. Fórum Social da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros*

O Fórum Social da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros integra os órgãos da Rede Social concelhia. Foi implementado em abril de 2014, é liderado pelo Senhor Presidente de Junta. Este órgão de trabalho em prol do desenvolvimento social local e sustentável conta com um trabalho multidisciplinar, com a participação de um diversificado grupo operativo, representante das mais distintas entidades da União das Freguesias com responsabilidades sociais, desportivas, culturais, educativas, associativas, entre outros (CMSMF, s.d).

Este é um Fórum que pretende sobretudo promover sinergias entre as entidades parceiras através da apresentação de projetos estruturados e coesos, com objetivos futuros de construção de respostas eficazes e sustentáveis na União das Freguesias.

### *2.1.2. Necessidades Evidenciadas pelo Fórum Social de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros*

Surgem como necessidades de trabalho, destacadas pelo grupo operativo os seguintes pontos: o desemprego jovem; a emigração; a formação profissional não adequada ao mercado de trabalho; a desvalorização do trabalho/empreendedorismo; o emprego precário/baixos níveis escolaridade; os baixos salários/desigualdades salariais; a pouca oferta formativa/necessidade de orientação profissional/vocacional; a desvalorização da escola por parte dos pais; a rede de transportes deficitária; o envelhecimento; as dificuldades dos idosos no acesso a bens e serviços; a solidão/isolamento população sénior; os idosos com patologias; o alcoolismo; a carência alimentar; a falta de cooperação entre instituições para resolução de problemas sociais; o pouco conhecimento sobre os serviços e respostas sociais; a sobreposição de respostas /apoios; a articulação entre a assistência à Associação Particular de Solidariedade Social Padre Osório e ao Centro Social Paroquial de S. Jorge; a poluição ambiental (rios); a pouca oferta/respostas culturais; as dificuldades de acompanhamento escolar e organização tempo livre das crianças; o desinteresse dos pais pelas atividades dos filhos/leviandade parental e a má gestão por parte das famílias de recursos.

A informação anteriormente descrita foi consultada na ata de reunião do grupo operativo datada no dia 15 de abril de 2014. Pelo que foi possível reter a compilação das informações recolhidas baseou-se no conhecimento individual de cada profissional. Este procedimento não constitui um diagnóstico social completo ou rigoroso sobre o município. A informação apresentada está diretamente relacionada com a capacidade de cada profissional expor as situações. Por outro lado, o diagnóstico efetuado não contempla a opinião da população, assim como, de outros elementos de relevada importância para a comunidade, como são exemplo os empresários.

Este processo de recolha de informação deveria enquadrar os objetivos da execução do planeamento estratégico.

“Entende-se por Planeamento Estratégico o processo ou modo sistemático de gerir a mudança e de criar o melhor futuro possível para uma determinada organização, entidade, empresa ou território. É um processo criativo para identificar e realizar as ações mais importantes para a sustentabilidade do sistema, tendo em conta os respetivos pontos fortes e fracos, conjugados com as ameaças e as oportunidades futuras que se lhe apresentam (Santos, 2011, p. 9)”.

A informação apresentada no parágrafo anterior compreende a aplicação de um trabalho que estimula o processo de desenvolvimento local.

Efetuar um planeamento estratégico devidamente estruturado, representa uma mais-valia para a implementação de políticas e para a concretização de um trabalho sustentável e proporcionador do desenvolvimento local. O planeamento estratégico permite:

“a) criação duma visão partilhada; b) mobilização de pessoas e recursos para objetivos comuns; c) Definição de novos rumos e caminhos a seguir; d) desenvolvimento da interação entre setores e pessoas; e) incentivo ao pensamento a curto, médio e longo prazo; f) assunção de um maior controlo sobre o respetivo destino; g) perceção de oportunidades; h) transformação de ameaças em oportunidades; i) estímulo à interação e negociação; j) desenvolvimento dum processo educacional e l) disseminação de ideias (Santos, 2011, p. 10)”.

A concretização correta de um planeamento estratégico permite uma adequada “planificação social local”, sendo este o “foco da Rede” (Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2010-2012, p. 13).

O planeamento estratégico e a Rede Social são ferramentas características do modelo de implementação de políticas Bottom-Up. Este é um modelo em que a sua principal metodologia corresponde à proximidade e à participação, “o princípio da participação passa a estar consagrado nos princípios fundamentais da Rede...” o que pressupõe que a concretização dos diagnósticos das necessidades de intervenção sejam realizados de forma mais completa/abrangente e com maior rigorosidade (Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2010-2012, p. 13).

### *2.1.3. Áreas Prioritárias de Trabalho*

Como áreas prioritárias de intervenção o Fórum Social da União das Freguesias elencou: o emprego, na medida em que é pretendida a capacitação e criação de novos postos de trabalho e a população sénior. Relativamente à população sénior o primeiro trabalho objetivado para este público-alvo correspondeu à aplicação de um questionário, pretendia-se compreender qual o número de pessoas idosas em situação de isolamento social e/ou familiar.

Após este procedimento e após a respetiva análise de dados, entendeu-se por bem a construção de um projeto de trabalho que contrariasse o isolamento social destas pessoas idosas; a capacitação familiar, esta foi uma área de intervenção alertada pelos parceiros do grupo operativo, como sendo uma real preocupação das escolas locais. Este ponto,

objetiva-se a construção de um trabalho de capacitação parental dos encarregados de educação de algumas turmas das escolas da União de Freguesias. Este é um programa ao qual o município possui capacidade de dar resposta, pelo que, o trabalho será articulado com esta entidade; a intervenção em situações de alcoolismo, no que concerne aos problemas relacionados com o consumo excessivo de álcool, o grupo entendeu que seria pertinente pensar-se num trabalho dirigido a este público.

Este é um problema que ocorre com alguma frequência neste território, o que despertou a atenção do grupo de trabalho. No que respeita às medidas de intervenção é desejado um trabalho de acompanhamento individual com o serviço de psicologia local a intervenção ao nível da saúde mental, esta área de intervenção é uma preocupação global, contudo carece da concretização de iniciativas e da programação e delimitação da intervenção; a organização dos serviços de atendimento social e o apoio alimentar, estas são respostas ativas na União de Freguesias, contudo, é pretendido uma reorganização dos serviços, permitindo a congregação de respostas, produzindo um trabalho de maior eficácia e alcance.

#### *2.1.4. Áreas Trabalhadas*

Até ao presente momento, o grupo operativo do Fórum Social da União das Freguesias já trabalhou algumas questões previamente identificadas como prioritárias, nomeadamente: procedeu à constituição de um grupo de voluntariado local, o qual aplicou, a uma amostra da população sénior da União das Freguesias, um questionário, com o objetivo de compreender a quantas pessoas idosas que vivem em situação de isolamento social e/ou familiar; foram também elaboradas as questões associadas ao emprego, tendo-se produzido uma reunião de trabalho entre um empresário, responsável por uma grande obra, a construção de um Hotel na União das Freguesias, concretamente junto às Termas de Caldas de São Jorge; tentou-se perceber que tipo de empresas ocupariam o Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria (PERM), para que deste modo, em pareceria com a unidade de formação da União das Freguesias, o Espaço 2027, se proceda à formação especializada e orientada para o emprego, o mesmo acontecerá no âmbito da formação em hotelaria.

Este grupo de trabalho desenvolveu também, um trabalho direcionado às necessidades identificadas com as questões de insuficiência alimentar, pensou-se na conceção de uma dispensa social, a qual armazenaria um conjunto de bens alimentares

que posteriormente, seriam distribuídos, mensalmente ou semanalmente, pelas famílias sinalizadas pelos parceiros. Este trabalho pretende colmatar a sobreposição de respostas, para tal, é pretendido um trabalho de parceria entre os distintos parceiros-Para que este projeto tenha viabilidade, torna-se necessário que seja planificado um conjunto de momentos de recolha alimentar. Defendendo a sustentabilidade do projeto, a União das Freguesias promove, durante todo o ano, um conjunto de eventos, desportivos e culturais e procede à recolha de receitas provenientes das inscrições, em favor do projeto. Até ao momento não foi possível concluir na totalidade este projeto, já existe um espaço físico, uma entidade responsável e um regulamento, contudo ainda existem alguns pormenores por trabalhar, como é o exemplo do nome.

Esta é uma política implementada por este órgão social, o FSF, contudo, assenta num pressuposto que contradiz diretamente aqueles que são os objetivos da Rede Social. A Rede Social preocupa-se com a implementação de políticas estimuladoras do desenvolvimento local que por sua vez deverá corresponder a um desenvolvimento sustentável, direciona os seus objetivos para a criação de soluções geradoras de oportunidades. A Rede Social encontra como preocupações a diminuição das situações de pobreza, promovendo a emancipação local (Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2010-2012).

As preocupações com a sustentabilidade alimentar das famílias surgem com mais ênfase no ano de 2011, momento, este, em que o país atravessa uma significativa crise económica. O governo demonstrou preocupação com a fragilidade alimentar das famílias mais carenciadas e deliberou no Programa de Emergência Social uma política que combata-se estas necessidades, surgem as Cantinas Sociais.

No ano de 2012, constituíram-se 62 Cantinas Sociais, contudo objetivava-se um total de 947. Esta medida contemplou um total de 2 milhões de euros e num futuro próximo, com o alargamento da resposta, poderia contemplar um total de 50 milhões de euros. No que respeita à administração desta resposta, o Ministério da Solidariedade e Segurança Social assume o comando do serviço, diretamente interligado com as instituições do terceiro sector parceiras do projeto (Programa de Emergência Social, 2011-2012).

A reprodução deste serviço ao longo dos últimos anos, significou um relevante encargo económico para o Estado. No entanto as preocupações com esta resposta não se prendem unicamente às questões económicas.

Segundo o presidente da Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN) a atribuição diária das refeições não dignifica o ser humano. Como alternativa a esta resposta surge o

fornecimento de alimentos no formato de cabaz. Esta política permite maior adaptação às necessidades individuais de cada família. Por outro lado, estimula a participação ativa dos indivíduos na resolução das suas situações problemáticas. O facto dos beneficiários deste serviço estarem limitados à entrega diária das refeições, coloca-os numa situação de fragilidade social, podendo despertar sentimentos de humilhação e vergonha (Diário de Notícias, 2017).

As famílias beneficiárias deste serviço encontram nesta nova política maior dignidade, associada à maior descrição inerente ao processo. Por outro lado, é transmitido o sentimento de responsabilidade, para além dos beneficiários poderem confeccionar as suas próprias refeições, encontram maior liberdade na administração dos produtos alimentares, como lhes é facilitada a possibilidade de confeccionar os alimentos ao seu próprio gosto.

É possível concluir-se que o trabalho deste Fórum prevê a concertação entre os diferentes parceiros por forma a possibilitar a promoção de respostas concertadas e estruturadas. Pretende-se que a atuação do FSF, devido à proximidade que tem das problemáticas sociais inerentes ao território, seja uma entidade potenciadora de soluções que contribuam significativamente para o desenvolvimento social local.

Este desenvolvimento pressupõe a concertação do bem-estar social e comunitário, promovendo um trabalho aberto à comunidade, possibilitando-lhes a oportunidade de serem ouvidos de participarem nas dinâmicas produzidas e na conceção de novos projetos. Este é um trabalho que não poderá realizar-se de forma independente, deverá explorar o princípio da participação ativa à exaustão. A população deverá sentir-se integrada nos trabalhos produzidos, sendo cativados pela proatividade do trabalho produzido e pelos resultados positivos alcançados.

## ***2.2. Afetos do Uíma***

Com base nas necessidades elencadas pelo FSF no âmbito da terceira idade, surge o projeto Afetos do Uíma o qual procura oferecer, através de estratégias participativas e com recurso a um trabalho de cariz voluntário, uma resposta que apadrinhe cinco pessoas idosas, em situação de isolamento social e/ou familiar, residentes na UFCP.

### *2.2.1. Missão*

Este projeto, enquanto estratégia participativa, procura estimular a participação e a integração das cinco pessoas idosas selecionadas nas atividades produzidas pela comunidade.

### *2.2.2. Visão*

O Afetos do Uíma deseja ser o abraço amigo dos idosos apadrinhados pelo projeto, esta é a sua visão.

### *2.2.3. Valores*

Este projeto detém os seguintes valores, o respeito pela integridade de cada destinatário; compreensão das necessidades individuais de cada pessoa idosa e a confidencialidade.

### *2.2.4. Objetivos*

Diminuir o isolamento social de cinco pessoas idosas e estimular a sua participação ativa nas atividades sociais.

## CAPÍTULO 3: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

### *3.1. Enquadramento do Projeto Afetos do Uíma*

As transformações ocorridas ao nível das políticas sociais públicas aos longos dos anos no nosso país, permitiram um trabalho, distinto do qual durante décadas integramos. Atualmente pratica-se um trabalho concertador das problemáticas sociais, considerando a especificidade de cada território. Tendo em conta as medidas adotadas, os FSF permitem um trabalho de proximidade e contacto direto com as questões sociais territoriais. Para além desta proximidade, permite que um grupo de trabalho constituído por diferentes intervenientes otimize as respostas existentes e compreenda os problemas sugerindo soluções.

É esta proximidade que permite delinear aqueles que são os objetivos de trabalho do Fórum Social da União das Freguesias.

É com base nos dados anteriormente referenciados e tendo em conta a oferta das respostas institucionais existentes na União das Freguesias, com o reforço de dois programas municipais, nomeadamente, o Movimento e Bem-Estar, associado à prática de exercício físico e o Programa Emili@ dirigido à aprendizagem informática, promovendo a estimulação cognitiva e da motricidade fina destes seniores que se considerou pertinente as questões associadas às limitações práticas e operativas inerentes à população sénior deste território.

Considerando a não adesão de uma considerável percentagem deste público-alvo às respostas implementadas é legítimo questionar-se, se as mesmas vão de encontro às expectativas destes seniores.

É com base nestas questões que se apresenta um novo projeto. Um trabalho totalmente distinto daquele que é produzido pelas instituições locais, um projeto que disponibilize uma metodologia diversificada, que estimule a integração social, a participação ativa e conseqüentemente permita diminuir o isolamento social.

De acordo com os objetivos anteriormente descritos, surge, adiante, a construção de um projeto de intervenção estratégica, pensado numa vertente voluntária, dirigido à população sénior em situação de isolamento social e/ou familiar. Um projeto intitulado por Afetos do Uíma. Afetos, pelo carinho e pelo abraço que esta dinâmica objetiva oferecer a cada sénior envolvido, do Uíma, porque ao mesmo tempo que caracteriza as duas Freguesias, também as une, num trabalho que encoraja isso mesmo, a união.

O Afetos do Uíma pressupõe um trabalho voluntário, que explore numa fase inicial, o voluntariado jovem e numa fase seguinte que envolva o voluntariado sénior, enlaçando os idosos participantes das duas respostas concelhias, o Movimento e Bem-estar e o Programa Emili@, dotados de inúmeras capacidades. Todo este será um trabalho que recaíra sobre o voluntariado de proximidade.

### *3.1.1. Público-alvo*

Este Projeto dirige-se às pessoas idosas residentes na UFCP, que se encontrem em situação de isolamento social e/ou familiar; dependência física e/ou psíquica, com capacidade de decisão.

### *3.1.2. Objetivos*

#### *Objetivos gerais:*

O Afetos do Uíma procura um trabalho que permita: possibilitar o acompanhamento individualizado da Pessoa Idosa; promover a integração social; diminuir o isolamento social; partilhar memórias e conhecimentos locais; melhorar qualidade de vida dos participantes e estimular a participação intergeracional.

#### *Objetivos específicos:*

De maneira a concretizar os objetivos anteriormente referidos, o Afetos do Uíma apresenta os seguintes objetivos específicos: minimizar as dificuldades sentidas pelos seniores na deslocação a consultas médicas; apoiar na marcação de consultas médicas/exames; acompanhar a Pessoa Idosa a consultas médicas; facultar o acesso a rastreios, auditivos, oftalmológicos, diabetes, tensão arterial e colesterol; reduzir o risco de isolamento na terceira idade; identificar possíveis situações de risco; facilitar o acesso a infraestruturas básicas de saúde e de lazer; proporcionar a integração na comunidade; contribuir para a estabilidade emocional e segurança da pessoa idosa; promover um trabalho de estimulação cognitiva; promover atividades de animação e socialização e possibilitar a partilha de saberes, diretamente com as pessoas idosas e através de uma recolha feita pelas crianças e jovens.

### *3.1.3. Descrição do Projeto*

O Afetos do Uíma é um projeto pensado e dirigido a um público específico com características singulares, mas que se encontram em situação social similar. Concretamente, é um trabalho dirigido às pessoas idosas que em situação de isolamento, que com, ou sem, capacidades físicas e intelectuais não procuram, ou não conseguem, integrar-se na sociedade.

Como já tem vindo a ser referenciado o Afetos do Uíma encontra várias etapas de intervenção. Primeiramente, este projeto adota uma estratégia participativa associada à recolha de saberes e memórias locais, através de um registo fotográfico. Pretende-se neste primeiro impacto alcançar a confiança de cada idoso. Posteriormente o objetivo é a recolha de narrativas biográficas. Mais tarde, é pretendido um trabalho de imagem, por forma a ilustrar as narrativas, para o qual será necessário estabelecer parcerias. Terminadas todas as fases anteriormente descritas e após avaliação da intervenção até ao momento conseguida, pretende-se a redação de um livro, a qual contará com um apoio especializado. Após a concretização de todos os objetivos anteriormente referenciados, é pretendida a exposição e a divulgação dos produtos finais nomeadamente, o retratar de cada fotografia, as narrativas biográficas, o registo fotográfico individual de cada sénior e o compilar de todos estes pequenos produtos, o livro.

Uma outra etapa do Afetos do Uíma está diretamente associada a um serviço individual, personalizado e dirigido às questões relacionadas com o acompanhamento social e ao nível da saúde. É também importante que numa fase mais consistente do projeto que se trabalhe o voluntariado sénior e se estimulem as redes de vizinhança.

Nesta fase, pretende-se que os voluntários, previamente recrutados, estejam organizados em grupos de dois a três elementos e procedam quinzenalmente a visitas domiciliárias aos idosos que serão apadrinhados. Este projeto deverá refletir os princípios base do voluntariado e deverá consistir num trabalho de compromisso, dedicação, respeito, interesse e envolvimento. O que é pretendido é que estas pessoas em situação de isolamento estabeleçam laços afetivos, dialoguem, convivam e se sintam estimulados à participação social.

Este é um projeto que tem de conquistar cada participante, transmitir a cada um destes seniores o sentimento de que é seguro abrir as portas das suas casas e que aquilo que trazem nas suas memórias é uma aprendizagem significativa para cada jovem voluntário que as recebe.

O apadrinhamento dos idosos, ou seja, a seleção dos mesmos, prende-se com as situações de isolamento social e/ou familiar, a qual será tida em conta para o selecionar dos cinco idosos. O facto de apenas se apadrinharem cinco idosos prende-se com a necessidade de se assegurar um trabalho com sentido de compromisso e responsabilidade. Tendo em conta, as características que este trabalho envolve, sendo a principal a conquista da confiança destas pessoas idosas, torna-se imprescindível um trabalho regado e permanente. Este facto aliado às dificuldades associadas aos recursos humanos remete-nos para um menor número de apadrinhamentos, mas possíveis de acompanhar.

As visitas domiciliárias, numa primeira fase permitirão a adaptação dos voluntários e das pessoas idosas, garantindo-se deste modo, a confiança entre os intervenientes.

Como estratégia de participação, serão disponibilizadas, nas visitas domiciliárias um conjunto de fotografias antigas da terra, por forma a facilitar o diálogo e a narração das histórias. Por outro lado, está também associada a esta estratégia a suscitação de memórias que permitiram recordar momentos vivenciados, estimulando assim a memória semântica.

Deste modo, os voluntários deverão visitar os seus idosos apadrinhados, disponibilizando-lhes o conjunto de fotografias previamente selecionadas, permitindo-lhes a seleção das mesmas para a posterior narração das histórias.

Ainda nesta primeira fase de trabalho, é objetivo a integração do Afetos do Uíma nas escolas. Após a apresentação do trabalho que se pretende efetuar, será proposto que as crianças e os jovens efetuem junto dos seus familiares a recolha dos saberes e das memórias territoriais, baseadas na mesma metodologia, as fotos. Contudo, se estes seniores dispuserem de outras fotografias antigas da União das Freguesias fará todo o sentido que as possam narrar.

No que concerne ao registo das narrações, poderá efetuar-se manualmente, através do registo manuscrito ou através da gravação de voz, esta devidamente protocolada e autorizada por todos os intervenientes.

Para além da recolha de memórias e saberes, é também objetivo deste trabalho, a narração das histórias biográficas de cada um dos idosos apadrinhados.

As narrações biográficas objetivam uma ilustração real dos seus autores, para tal serão estabelecidas parcerias, entre um salão de estética que trabalhe a imagem destes idosos e também um fotografo que trabalhe as imagens fotográficas. Sempre que possível, deverá tentar-se que os parceiros sejam entidades locais.

Após a concretização das fases anteriormente descritas, o que decorrerá após, aproximadamente, três meses será avaliada toda a informação recolhida, os voluntários serão ouvidos e será realizado o primeiro balanço do projeto, pontos fortes, pontos fracos, necessidades e potencialidades.

Após a recolha e a análise do material conseguido, caso se verifique material com potencialidade, será iniciada a redação do livro, recorrendo a parceiros, como antigos professores, entre outras pertinentes parcerias.

Aproveitando as narrações das histórias de vida dos idosos apadrinhados, surge a ideia de promover uma exposição, acompanhada pelo registo fotográfico de cada um. Nesta exposição, também deverá ser divulgado o trabalho de recolha de saberes e memórias locais, acompanhados de igual forma, pelo registo fotográfico. Este será um momento que poderá enquadrar alguma circunstância comemorativa da União das Freguesias.

Após esta primeira fase do protejo torna-se importante a congregação de novos objetivos, novas parcerias, novos trabalhos e metodologias. Talvez numa fase mais desenvolvida seja oportuno o delinear de um trabalho pensado e arquitetado para o voluntariado sénior. Sendo que este trabalho estimula de forma simultânea as pessoas idosas, mesmo que em linhas distintas.

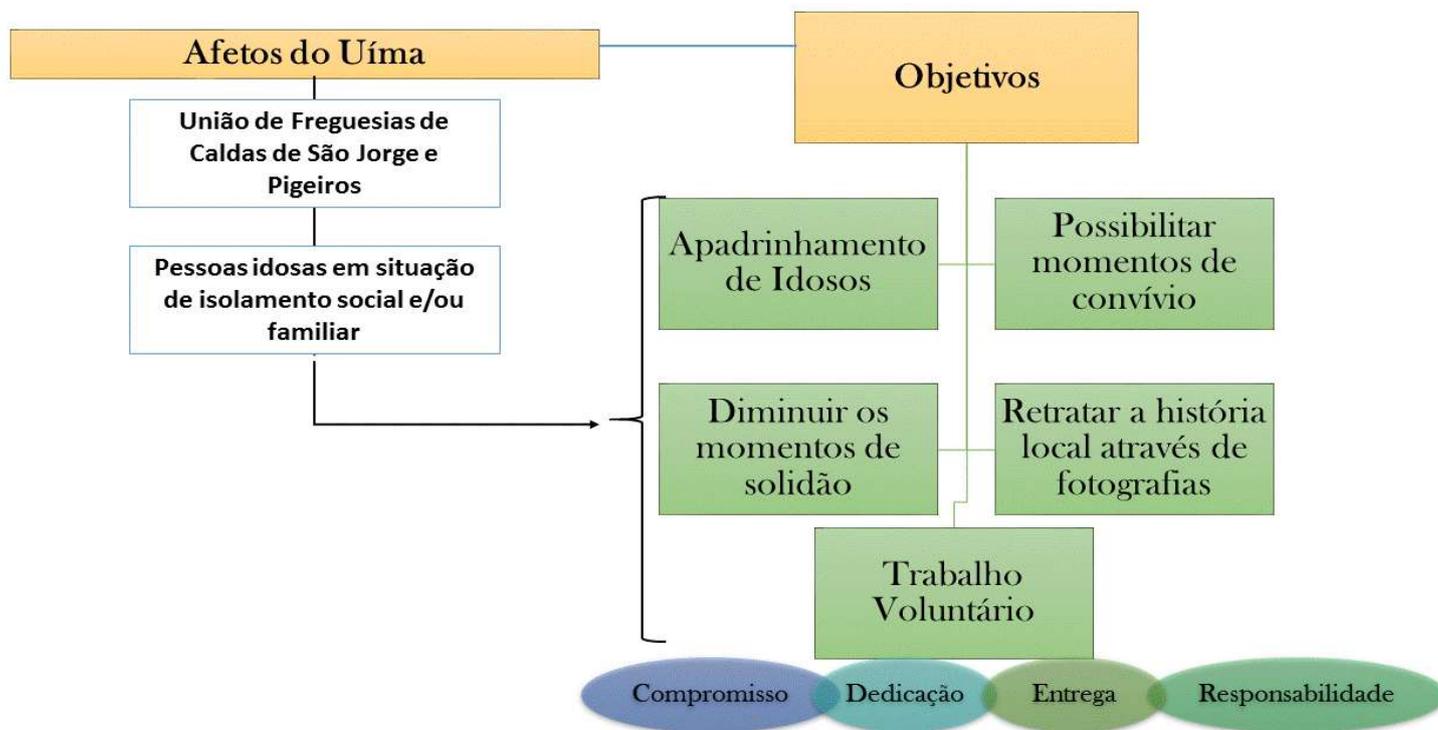
As redes de vizinhança são importantes fontes de informação, próximas das problemáticas das quais muitas vezes as equipas não têm conhecimento, deste modo, é importante que se promova um trabalho de interajuda que reforce as laços e as redes de vizinhança.

Para além de todo o trabalho até aqui exposto, o Afetos do Uíma sugere uma outra perspetiva de intervenção, nomeadamente, ao nível da saúde e no paradigma social, no que concerne a um diversificado leque de atividades e respostas. Nesta fase, a periodicidade com que se registam as visitas domiciliárias, poderá fazer sentido que sejam reajustas. O apadrinhamento do idoso poderá contemplar as seguintes atividades: a marcação/accompanhamento individualizado a consultas médicas; requisição e levantamento de receitas médicas ao nível da unidade de saúde; auxílio na aquisição de medicamentos; apoio na marcação de consultas médicas; monitorização da medicação e acompanhamento, sinalização e reencaminhamento de possíveis situações de risco. No que concerne ao trabalho social, poderá proporcionar-se: o auxílio na aquisição de compras; integração da pessoa idosa em atividades lúdico sociais, promovidas na União das Freguesias; promover momentos de animação e socialização; apoiar no

preenchimento e organização de documentação; desenvolver atividades de musicoterapia e arteterapia; possibilitar momentos de formação e segurança e acompanhar, sinalizar e reencaminhar possíveis situações de risco.

Abaixo será apresentada uma ilustração sintética do Afetos do Uíma, assim, atente-se:

ILUSTRAÇÃO 1- PROJETO AFETOS DO UÍMA



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

### 3.1.4. Metodologia Utilizada Durante o Processo de Estágio Académico

De forma natural e espontânea, após o primeiro contacto com a equipa de trabalho e a integração no meio laboral, possibilitou-se de imediato a observação direta.

Ao longo de todo o percurso de estágio foram observados todos os procedimentos e foi atribuída atenção, de forma específica e detalhada, a todos pontos de interesse para o trabalho.

Esta metodologia apresenta algumas vantagens, na medida em que, a proximidade local e dos intervenientes permite uma exploração menos refletida e mais direta. Por outro lado, também são conhecidas algumas desvantagens, tais como, os efeitos negativos que a proximidade do investigador pode causar no quotidiano dos sujeitos e o facto de poder ocorrer uma determinada situação, da qual não existam conhecimentos suficientes para

uma compreensão na íntegra. Embora o trabalho desenvolvido tivesse um determinado objetivo, a observação direta efetuada não foi estruturada (Orris, 2013).

Considerando uma das principais vantagens da revisão bibliográfica, nomeadamente, a capacidade de alcançar um conjunto de informações muito mais amplo do que seria possível obter de forma direta, desenvolveu-se um estudo adotando esta metodologia, e dedicou-se este momento à compreensão das PPS, às características de um trabalho voluntário e às dinâmicas associadas à população sénior (Gil, 2002).

Outra metodologia utilizada para redação deste documento, consistiu na revisão documental. Este método é muito semelhante ao método anteriormente descrito, diferenciando-se essencialmente nas fontes de elaboração dos documentos. A revisão documental nesta monografia está associada à análise da legislação da PPS e do Voluntariado (Gil, 2002).

Foi também efetuada uma análise documental à análise de conteúdos de um questionário realizado e aplicado pela Câmara Municipal na UFCP.

### *3.1.5. Valor Necessário para Financiar o Projeto*

Este é um projeto de cariz voluntário que não prevê custos ao nível dos recursos humanos, contudo, evidencia a necessidade de uma coordenação técnica, a qual poderá ser assumida por uma instituição integrante do Fórum Social, sendo este o procedimento pretendido.

O Afetos do Uíma deverá prever as possíveis despesas com a formação dos voluntários, contudo, a CMSMF reúne condições para efetuar a habilitação dos voluntários, pelo que, poderá não se verificar necessário a agregação de verba para esta atividade.

No que respeita às deslocações dos voluntários, num primeiro momento do projeto, o qual objetiva as visitas quinzenais às pessoas idosas apadrinhadas, as deslocações são asseguradas pelos grupos de voluntários. Contudo, poderá verificar-se a necessidade de ser implementado algum tipo de transporte o que representará um encargo económico.

O Afetos do Uíma corresponde a um projeto de intervenção direta com as pessoas idosas o qual encontra nos seus objetivos de intervenção a conceção de diferentes produtos finais, nomeadamente, a concretização de um livro, a ilustração fotográfica e as histórias de vida de cada pessoa idosa correspondem a objetivos que incrementam um valor monetário ao projeto.

### *3.1.6. Identidades Parceiras*

O Afetos do Uíma encontra como entidades parceiras: a CMSMF; o Banco Local de Voluntariado; o GNR; a Unidade de Saúde; a Conferência Vicentina São Vicente de Paulo; a Junta da União de Freguesia; o Fórum Social da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros; o Impulso Jovem; a Juventude Inquieta; os Escuteiros; os participantes do Programa Emili@ e do Programa Movimento e Bem-estar; Espaço 2027; um salão de estética; um fotógrafo; entre outros possíveis parceiros que atribuam potencialidade à progressão do Projeto.

**PARTE IV**

---

**CONCLUSÕES FINAIS**

## CONCLUSÃO

Esta monografia decorreu no âmbito da conclusão de um novo ciclo de estudo, na sequência da concretização de um estágio curricular, na CMSMF, o qual permitiu observar as PPS aplicadas, assim como permitiu identificar as potencialidades e fragilidades da intervenção.

Grandes marcos históricos, nomeadamente o processo inerente ao fenómeno da globalização, a revolução industrial e as crises económicas/civis, disputaram a proliferação de significativas alterações nas estruturas sociais, nas comunidades e sociedades.

Em Portugal, as alterações consequentes às revoluções sociais, civis e económicas obteve maior ênfase após 1974, momento da revolução civil. É nesta altura que os interesses das populações se fazem sentir é também este o momento em que o Estado encontra uma nova perspetiva de intervenção, assumindo responsabilidades e abandonando as suas funções essencialmente supletivas.

Emerge nesta altura a necessidade de se pensar em políticas que facilitem o acesso aos direitos civis e sociais das populações. É neste momento refletido um trabalho de proximidade.

Ao longo dos anos, o serviço de ação social praticado evidenciava a necessidade das suas práticas serem repensadas. Praticava-se um trabalho focalizado numa perspetiva global, onde o aparecimento das PPS estava associado a uma política de intervenção Top-Down, onde o Estado deliberava de forma independente as políticas e os demais intervenientes reproduziam.

Com as alterações ocorridas nas sociedades, com o disputar de interesses e com aparecimento de novas situações de risco social, compreendeu-se que era emergente produzir novas políticas, com uma lógica de intervenção focada nas questões sociais locais, estimulando um trabalho próximo. Estes novos acontecimentos facilitaram a perceção de que um trabalho em rede e em parceria apresentaria consideráveis vantagens. Adotou-se então um novo modelo de implementação das políticas, o Bottom-up, um modelo que encontra como base a intervenção participativa, onde é concedida a oportunidade de partilha e abertura na conceção das políticas.

É nesta nova linha de pensamento que emerge uma nova realidade de trabalho, ajustada localmente às necessidades particulares e individuais de cada território, compreendendo de uma forma próxima as potencialidades e fragilidades de cada espaço,

estimulando a cooperação ativa das mais diversificadas entidades locais e investindo num trabalho de desenvolvimento.

E é neste trabalho de desenvolvimento local que surge um trabalho sustentável. É nas pequenas e significativas mudanças conseguidas que se alcança uma comunidade mais forte e coesa, predisposta a benfeitorizar o melhor viver em comunidade. É aquilo que é feito individualmente no meio onde se vive que afeta gradualmente as pessoas com quem se vive, é nestas pequenas e graduais modificações que alcançamos lentamente maiores transformações (Barros, 2017).

Contudo, após a disseminação do poder, o Estado encontrou a necessidade de implementar uma entidade que coordenasse esta proliferação de poder. Surgiram as Redes Sociais, associadas aos municípios e na mesma linha de trabalhos surgem o CLAS e as CSF. Estas são entidades que se encontram em situação de proximidade com as populações, entidades que compreendem as situações problemáticas de uma forma mais real e concreta, reunindo deste modo capacidades para implementar soluções que atuem na causa dos problemas, estimulando a concretização de respostas sustentáveis.

Durante 480h possibilitou-se a participação e a observação direta de uma multifacetada complicação de trabalhos na área social. Ao longo do período de estágio, trabalharam-se diferentes questões. Porém de uma forma habitual, efetuou-se um trabalho enquadrado no âmbito da ação social e na procura habitacional. Ao longo de todo o estágio praticaram-se diferentes metodologias de trabalho, tendo sido desempenhadas, em conjunto, atividades distintas, nomeadamente: atendimento e acompanhamento social; gestão e atribuição de habitações sociais; administração de processos individuais; elaboração de retratos sociais; avaliação e atribuição de apoios económicos e participação ativa em reuniões de trabalho no âmbito dos FSF.

Todos os momentos de aprendizagem enquadraram uma equipa multidisciplinar, compostas por técnicos do Serviço Social, Educadores Sociais, Sociólogos e Psicólogos, o que facilitou uma aprendizagem diversificada. O trabalho de estágio focalizou-se essencialmente em três Uniões de Freguesia, nomeadamente, UFCP, UFLGLG e UFCVV.

De entre as três Uniões de Freguesia, esta monografia assenta no FSF da UFCP pelo principal facto de apresentar uma maior percentagem de pessoas idosas.

Após uma análise cuidada e refletida às prioridades de trabalho do Fórum, foi clara a área a trabalhar. De entre as preocupações e prioridades suscitadas e elencadas pelo

grupo operativo, evidencia-se especial atenção para as pessoas idosas que se encontram em situação de isolamento.

Perante os dados recolhidos, entendeu-se emergente a criação de uma resposta dirigida aos 17,1% dos seniores inquiridos que se encontram sozinhos.

É a pensar nas necessidades associadas a este público-alvo, na ineficácia das respostas existentes, que surge o Afetos do Uíma. Este é um trabalho diversificado, distante daquele institucionalmente praticado. Com base numa intervenção voluntária, pretende-se a conquista gradual da confiança e de cada sénior envolvido, estimulando a participação ativa e a integração social. Este é um trabalho que não pretende exigir ao sénior que se desloque ou associe a uma determinada resposta, pretende-se pelo contrário que a pessoa idosa receba os jovens voluntários nas suas casas, adquira o carinho e a confiança de cada voluntário e primeiramente combata o sentimento de solidão.

O Afetos do Uíma acontece na UFCP, envolve os grupos de jovens e trabalha sobre uma perspetiva voluntária, utiliza recursos físicos e humanos da localidade e oferece resposta a cinco idosos residentes na União e em situação de isolamento. Compreende um trabalho contínuo no tempo, assente em visitas domiciliárias efetuadas periodicamente e envolve um trabalho responsável e com compromisso.

Este projeto que encontra como principal objetivo a diminuição dos momentos de solidão destes idosos, promovendo melhorias na qualidade de vida de cada uma destas pessoas. O facto de estes seniores interagirem com jovens, partilharem as suas histórias e mais tarde verem reconhecido o valor do seu contributo, convertido num produto final desejável, nomeadamente, a redação de um livro, a exposição das fotografias narradas, as biografias de cada uma destas pessoas também ilustradas por fotografias dos mesmos, trabalhará a suas autoestimas, aumentará os níveis de confiança e crucialmente, proliferará laços afetivos.

O Afetos do Uíma é um trabalho que envolve várias gerações, potencia novas oportunidades e dinamizada uma sociedade mais solidária. Este é um projeto ao qual se pretende dar continuidade, refletindo uma intervenção consensual com as necessidades e potencialidades de todos os intervenientes.

De uma forma geral, é possível concluir-se que o trabalho social sofreu alguns contornos ao longo dos anos, o que se refletiu num trabalho pensado e enquadrado. Uma nova perspetiva que passou não só a ter conhecimento dos problemas sociais, como a compreendê-los. Esta dinâmica de trabalho permite que os técnicos estejam mais próximos e juntos desenvolvem um trabalho mais forte, unificado e sólido.

Subsequente ao pensamento anteriormente mencionado é apresentada uma solução para a problemática encontrada localmente, nomeadamente a questão do isolamento sénior e o Afetos do Uíma surge como uma solução, utilizando recursos locais.

Tendo em conta as limitações impostas pelas 480h possíveis de estágio, não se verificou praticável a operacionalidade do projeto. Contudo, trabalharam-se as ideias, amadureceram-se as hipóteses e estabeleceram-se datas para o início do trabalho, o que reflete que a pertinência do Afetos do Uíma está reconhecida.

## BIBLIOGRAFIA

Alves, J., 2011 Sobre a territorialização das políticas sociais. O exemplo do Programa *Rede Social*: entre a municipalização e a configuração de um modelo de governança de base local. II Encontros de Portalegre: Habitar, Compor, Ordenar. Artes e (des)fazer o mundo , Escola Superior de Educação de Portalegre.

Amaro, R. (2016). Da Governação à Governança Partilhada - caminhos de inovação, a partir de experiências de Governança Local Partilhada em Portugal: do Estado-Providência a uma Parceria-Providência no século XXI?. *Seminário Internacional "Responsabilidade e Inovação na Ação Pública"*.

Amaro, R., s.d. Redes Sociais – uma forma de Governança Partilhada e de Parceria – Providência?. Lisboa.

Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC), s.d. Vontades Solidárias na APCC – Manual do Voluntário. Coimbra.

Barros, C., (2007). Manual do Voluntariado. SESC, Departamento Nacional. Rio de Janeiro.

Câmara Municipal de Alter do Chão (CMAC), (2013). Projeto de Acompanhamento de Sêniores – (PAS). Alter do Chão.

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), (2013). *Voluntariado em Portugal – Contextos, atores e práticas*. Fundação Eugénio Campos. Coimbra.

Ckagnazaroff, I. e Abreu, B., (2009). A governança em planeamento e desenvolvimento local: uma análise teórica. Florianópolis.

Conselho da União Europeia, (CUE), (2011). O papel das atividades de voluntariado na política social. Bruxelas.

Declaração Universal sobre o Voluntariado (DUSV), 1990. Paris.

Diário de Notícias. Substituição de cantinas sociais por cabazes "dignifica a pessoa". <http://www.dn.pt/sociedade/interior/substituicao-decantinassociais-por-cabazes-dignifica-a-pessoa-5625383.html>, pela última vez em, 28 de fevereiro de 2017.

Fernandes, A. (2002), Níveis de Confiança e Sociedade de Risco. Comunicação Apresentada ao Colóquio Internacional “Terrorismos e Ordem Mundial”. Universidade de Aveiro.

Ferreira, M., Proença, T. & Proença, J., (2008). As motivações no trabalho voluntário.  
Gil, C. (2002). Como *Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo. Editora atlas s;  
Gonçalves, A. s.d. O conceito de governança. Brasil.

Instituto de estudos sociais e económicas (IESE), (2012). Projeto Rede em Prática. Relatório final da avaliação do programa Rede Social. IESE.

Miller, D. (1998), Perspetivas de Justiça social. Fellow do Nuffield College, Oxford.  
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2011-2012. Programa de Emergência Social.

Município de Castelo de Paiva. Ação Social, Projeto Sol. <http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/projeto-sol>, pela última vez em, 18 de janeiro de 2017.

Olievenstein, C., (2000). *A Arte de Envelhecer*. Editorial Notícias. Lisboa.

Orris, E. Definição do que é estudo de caso e observação direta. <https://profeltonorris.wordpress.com/2013/10/18/definicao-do-que-e-estudo-de-caso-e-observacao-direta/>, pela última vez em, 19 de janeiro de 2017.

Pereirinha, J. (2008), Política Social. Fundamentos da Atuação das Políticas Públicas. Universidade Aberta.

Rua, M. & Romanini,R., s.d. Para aprender Políticas Públicas. Unidade IX – A implementação de Políticas Públicas.

## **LEGISLAÇÃO**

---

- Resolução Conselho de Ministros (RCM) n.º 197/97, 18 de novembro de 1997. Presidência do Conselho de Ministros.
  
- DL n.º 115/2006, 14 de junho de 2006. Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.
  
- Decreto-lei (DL) n.º 71/98 de 3 de novembro. Bases do enquadramento jurídico do voluntariado.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – DIAGNÓSTICO SOCIOECONÓMICO DA POPULAÇÃO SÉNIOR

 **DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÓMICO DA POPULAÇÃO SÉNIOR**  
**FÓRUM SOCIAL DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALDAS DE S. JORGE E PIGEIOS**

Inquérito n.º: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ Voluntária: \_\_\_\_\_

**CARACTERIZAÇÃO PESSOAL E FAMILIAR**

1. Nome \_\_\_\_\_

1.2. Morada \_\_\_\_\_

1.3. Idade : \_\_\_\_\_ 1.3.1 Sexo: F  M  1.3.2. Data Nascimento \_\_\_\_\_ 1.3.3 BI/CC \_\_\_\_\_

1.4. Estado Civil

Solteiro

Casado/União de facto

Divorciado/Separado

Viúvo

1.4.1. Que Estudos Tem?

Não sabe ler nem escrever

Sabe ler e escrever sem possuir grau de ensino

Ensino Básico

Ensino Secundário

Curso médio/profissional

Ensino Superior

Outro

Qual? \_\_\_\_\_

**CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL**

2. Qual é a sua situação profissional atual?

Reformado Sim  Não

Se não, explique a sua situação:

\_\_\_\_\_

2.1. Exercê alguma atividade remunerada? Sim  Não

2.2. Se sim, porque motivo?

Para ocupar o tempo  Rendimentos insuficientes  Para se sentir útil

Por motivos de saúde (saúde mental/física)  Outro motivo. Qual? \_\_\_\_\_

3. Qual o rendimento mensal do seu agregado familiar?

100€ - 250€  Entre 400€ - 600€

260€ - 400€  Mais de 600€

Não sabe / Não responde

4. N.º de pessoas do seu agregado \_\_\_\_\_

**4.1. Como é composto o seu agregado familiar?**

- Somente o próprio
- Com o cônjuge
- Com o cônjuge e filhos
- Com filhos
- Com outros familiares
- Com outras pessoas
- Quais? \_\_\_\_\_
- Outra situação
- Qual? \_\_\_\_\_

**4.2. Se vive só, como fica durante a noite?**

- Sempre sozinho
- Sempre acompanhado
- Às vezes sozinho
- Às vezes acompanhado
- Se acompanhado, com quem?  
\_\_\_\_\_

**4.3. No seu dia-a-dia convive com outras pessoas?**

- Todos os dias
- Quase todos os dias
- De vez em quando
- Nunca

**4.4. Como costuma habitualmente passar o dia?**

- Tarefas domésticas
- Convívio com os amigos (café/praza/rua)
- Prestar ajuda à família
- Ir à missa
- Ver TV/ouvir rádio
- Agricultura/cuidar dos animais
- Bricolage/jardinagem/trabalhos manuais
- Passeios/excursões
- Visitar amigos/familiares
- Não fazer nada
- Outra actividade
- Qual? \_\_\_\_\_

**4.5. Quem é que lhe presta auxílio/apoio, mais frequentemente?**

- |             |                          |                   |                          |
|-------------|--------------------------|-------------------|--------------------------|
| Cônjuge     | <input type="checkbox"/> | Vizinhos          | <input type="checkbox"/> |
| Filhos      | <input type="checkbox"/> | Outros familiares | <input type="checkbox"/> |
| Amigos      | <input type="checkbox"/> |                   |                          |
| Instituição | <input type="checkbox"/> |                   |                          |

**4.5.1. Se assinalou "instituição", que tipo de apoio?**

- Serviço de Apoio Domiciliário
- Centro de Dia
- Apoio em alimentos
- Apoio em medicamentos
- Lar
- Conferência Vicentina
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**4.6. As pessoas que lhe prestam auxílio/apoio, vivem:**

- Consigna  Perto de si   
Não vivem perto

**4.7. De que tipo de apoio tem maior necessidade de obter no seu dia-a-dia?**

- Afetivo/relacional (convívio)   
Monetária   
Mobilidade   
Cuidados pessoais (higiene, medicação)   
Cuidados domésticos (limpeza casa, tratar roupas)   
Arranjos na habitação   
Quais? \_\_\_\_\_   
Sair de casa para passear   
Compras farmácia/consultas/banca/correio/seg social   
Outros \_\_\_\_\_

**NOTA:** Assinalar na máximo de 2 opções

**4.8. Qual é a sua maior preocupação atual?**

- Saúde  Solidão   
Problemas Financeiros  Família   
Outro(s)  Qual? \_\_\_\_\_

**5. Cuida atualmente de alguém? Sim  Não**

**5.1. Se sim, quem?** \_\_\_\_\_

**5.2. Que tipo de apoio presta a essa pessoa?**

- Afetivo/relacional (convívio)   
Monetária   
Mobilidade   
Cuidados pessoais (higiene, medicação)   
Cuidados domésticos (limpeza casa, tratar roupas)   
Arranjos na habitação   
Quais? \_\_\_\_\_   
Sair de casa para passear   
Compras farmácia/consultas/banca/correio/seg social   
Outros \_\_\_\_\_

**SAÚDE**

**6. Considera-se uma pessoa:**

- Autónoma   
Pouca dependente   
Muito dependente

**6. Tem algum problema de saúde? Sim  Não**

**6.3.1. Se sim, quais os principais?**

- Doenças Respiratórias  Doenças cardíacas   
Doenças de Locomoção  Doenças do foro psicológico   
Obesidade  Outro problema   
Hipertensão  Qual? \_\_\_\_\_  
Diabetes   
Tensão arterial   
Doenças cancerígenas   
Doenças Visuais   
Doenças neurológicas (demências)   
Doenças auditivas

## HABITAÇÃO

7. Ao nível da sua habitação, pode-nos dizer se é:

Casa própria  Casa alugada  Instituição  Casa de familiares

Outra situação  Qual? \_\_\_\_\_

**NOTA: Se reside num LAR, passar para a questão n.º 10**

7.1. A sua casa dispõe de:

Água canalizada: Poço  Companhia

Tv  Telefone  Televisão  Rádio  WC: interior  exterior

Aquecimento/Lareira

7.2. No seu dia-a-dia, apresenta alguma dificuldade por viver na casa onde vive? Sim  Não

7.2.1. Que tipo de dificuldades?

Preárias condições/risco físico da habitação  Acessibilidades difíceis (anelar alto, escadas, divisões pequenas...)

Isolamento (dificuldade de comunicação, ...)  Ausência de conforto térmico (frio, quente)

Inexistência de infraestruturas básicas  Excesso de ruídos

Outras  Quais? \_\_\_\_\_

## TRANSPORTES

8. Podia-nos dizer se utiliza algum meio de transporte próprio? Sim  Não

8.1. Se sim, qual?

Bicicleta  Automóvel ligeiro

Motorizada  Automóvel pesado

Moto  Trator

8.1.1. Se não, como é que faz quando pretende deslocar-se?

Recorre a familiares/amigos/vizinhos

Transporte dum instituição

Transportes Públicos

Aluga um táxi

Outro

Qual? \_\_\_\_\_

**PROGRAMAS/ACTIVIDADES PARA A POPULAÇÃO SÉNIOR**

**9. Existe(m) alguma(s) atividade(s) na freguesia do seu interesse?**

Sim

Não

Se sim, qual(ais):

---

---

---

**10. Gostaria de colaborar/participar nessa(s) ou noutra(s) Atividade(s)?**

Sim

Não

Qual contributo?

---

---

---

**11. Considera importante para o seu dia a dia o apoio de um voluntário?**

Sim

Não

Que tipo de apoio?

---

---

---

**Observações**

---

---

---

---

---

---

---

**MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!**